

Q1.

Uma frase escrita com clareza e conforme a norma-padrão da língua está em:

- A) É certo que muitos postos de trabalho serão extintos e que em breve, hajam vagas de trabalho sendo disputadas, ao mesmo tempo, por cidadãos de diversas partes do mundo.
- B) Caso a pesquisa da Universidade de Oxford estando certa, em breve será testemunhada uma revolução no campo do trabalho, que se estenderá para além das fronteiras dos Estados Unidos.
- C) Alguns políticos propõem barreiras comerciais, a fim de salvaguardar a economia interna e garantir postos de trabalho para a população, medida duramente criticada por muitos intelectuais.
- D) A ocorrência de conflitos entre diversos povos demonstram a situação delicada a qual muitos países se encontram, em virtude da falta de oportunidades de emprego.
- E) Em 2016, pudemos testemunhar muitos entraves decorrentes do aumento da desigualdade, que não deverá arrefecer tão cedo, na medida em que faltam políticas eficazes para combatê-la.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Emprego da acentuação gráfica

Q2.

O museu é considerado um instrumento de neutralização – e talvez o seja de fato. Os objetos que nele se encontram reunidos trazem o testemunho de disputas sociais, de conflitos políticos e religiosos. Muitas obras antigas celebram vitórias militares e conquistas: a maior parte presta homenagem às potências dominantes, suas financiadoras. As obras modernas são, mais genericamente, animadas pelo espírito crítico: elas protestam contra os fatos da realidade, os poderes, o estado das coisas. O museu reúne todas essas manifestações de sentido oposto. Expõe tudo junto em nome de um valor que se presume partilhado por elas: a qualidade artística. Suas diferenças funcionais, suas divergências políticas são apagadas. A violência de que participavam, ou que combatiam, é esquecida. O museu parece assim desempenhar um papel de pacificação social. A guerra das imagens extingue-se na pacificação dos museus.

Todos os objetos reunidos ali têm como princípio o fato de terem sido retirados de seu contexto. Desde então, dois pontos de vista concorrentes são possíveis. De acordo com o primeiro, o museu é por excelência o lugar de advento da Arte enquanto tal, separada de seus pretextos, libertada de suas sujeições. Para o segundo, e pela mesma razão, é um "depósito de despojos". Por um lado, o museu facilita o acesso das obras a um status estético que as exalta. Por outro, as reduz a um destino igualmente estético, mas, desta vez, concebido como um estado letárgico.

A colocação em museu foi descrita e denunciada frequentemente como uma desvitalização do simbólico, e a musealização progressiva dos objetos de uso como outros tantos escândalos sucessivos. Ainda seria preciso perguntar sobre a razão do "escândalo". Para que haja escândalo, é necessário que tenha havido atentado ao sagrado. Diante de cada crítica escandalizada dirigida ao museu, seria interessante desvendar que valor foi previamente sacralizado. A Religião? A Arte? A singularidade absoluta da obra? A Revolta? A Vida autêntica? A integridade do Contexto original? Estranha inversão de perspectiva. Porque, simultaneamente, a crítica mais comum contra o museu apresenta-o como sendo, ele próprio, um órgão de sacralização. O museu, por retirar as obras de sua origem, é realmente "o lugar simbólico onde o trabalho de abstração assume seu caráter mais violento e mais ultrajante". Porém, esse trabalho de abstração e esse efeito de alienação operam em toda parte. É a ação do tempo, conjugada com nossa ilusão da presença mantida e da arte conservada.

(Adaptado de: GALARD, Jean. Beleza Exorbitante. São Paulo, Fap.-Unifesp, 2012, p. 68-71)

Atente para as afirmativas abaixo.

I. Em ... presta homenagem às potências dominantes... (1º parágrafo), o sinal indicativo de crase pode ser suprimido excluindo-se também o artigo definido, sem prejuízo para a correção.

II. O acento em "têm" (2º parágrafo) é de caráter diferencial, em razão da semelhança com a forma singular "tem", diferentemente do acento aplicado a "porém" (3º parágrafo), devido à tonicidade da última sílaba, terminada em "em".

III. Os acentos nos termos "excelência" (2º parágrafo) e "necessário" (3º parágrafo) devem-se à mesma razão.

Está correto o que consta em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II, apenas.
- E) II e III, apenas.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Emprego dos sinais de pontuação

Fonte: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO à REGULAÇÃO DE TRANSPORTE - TÉCNICO EM CONTABILIDADE/ADMINISTRAÇÃO / ARTESP / 2017 / FCC

Q3.

Carros autônomos com diferentes tecnologias já estão circulando em várias partes do planeta, em ruas de grandes cidades e estradas no campo. Um caminhão autônomo já rodou cerca de 200 km nos Estados Unidos para fazer a entrega de uma grande carga de cerveja. Embora muito recentes, veículos sem motoristas são uma realidade crescente. E, no entanto, os países ainda não discutiram leis para reger seu trânsito.

No início do século 20, quando os primeiros automóveis se popularizaram, as cidades tiveram o desafio de criar uma legislação para eles, pois as vias públicas tinham sido concebidas para pedestres, cavalos e veículos puxados por animais. Cem anos depois, vivemos um momento semelhante diante da iminência de uma "nova revolução industrial", como define o secretário de Transportes paulistano, Sérgio Avelleda. Ele cita o exemplo das empresas de seguros: "Hoje o risco incide sobre pessoas, donos dos carros e motoristas. No futuro, passará a empresas que produzem o carro, porque os humanos viram passageiros apenas".

(Adaptado de: SERVA, Leão. Cidades discutem regras para carros autônomos, que já chegam com tudo. Disponível em: www.folha.uol.com.br)

Um caminhão autônomo já rodou cerca de 200 km nos Estados Unidos para fazer a entrega de uma grande carga de cerveja.
(1º parágrafo)

O acréscimo das vírgulas, embora altere o sentido, preserva a correção gramatical na seguinte reescrita da frase:

- A) Um caminhão autônomo, já rodou cerca de 200 km nos Estados Unidos, para fazer a entrega, de uma grande carga de cerveja.
- B) Um caminhão, autônomo, já rodou cerca de 200 km nos Estados Unidos, para fazer a entrega de uma grande carga, de cerveja.
- C) Um caminhão autônomo, já rodou, cerca de 200 km nos Estados Unidos para fazer, a entrega de uma grande carga de cerveja.
- D) Um caminhão autônomo, já rodou cerca de 200 km, nos Estados Unidos para fazer a entrega de uma grande carga, de cerveja.
- E) Um caminhão, autônomo, já rodou cerca de 200 km nos Estados Unidos para fazer, a entrega, de uma grande carga de cerveja.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Flexão nominal e verbal

Fonte: ANALISTA ADMINISTRAÇÃO / DPE/RS / 2017 / FCC

Q4.

[Uma espécie complicada]

O grande biólogo norte-americano Richard Dawkins acredita sem qualquer hesitação na teoria de Darwin acerca da sobrevivência dos mais fortes e capazes e na importância da adaptação a mutações fortuitas na evolução das outras espécies, mas se declara contra a ideia do darwinismo social na evolução da sua própria espécie. Aceitar o darwinismo social seria aceitar posições conservadoras em matéria de política e economia, o que vai contra suas convicções progressistas.

Já os conservadores, que negam a teoria de Darwin sobre a origem e o desenvolvimento das espécies, pregam o darwinismo social sob vários nomes: liberalismo, antidirigismo, antiassistencialismo etc. A sobrevivência, portanto, dos mais competitivos e sortudos, como no universo neutro de Darwin.

Esquerda progressista e direita conservadora trocam incoerências. A direita abomina a ideia de que o homem descende de animais inferiores, mas não tem problema com a ideia de que ele deve seu progresso à ganância que tem em comum com os chimpanzés. A esquerda aceita a ascendência de macacos e a evolução da sua espécie, mas não quer outra coisa senão um

planejamento inteligente, humanista, para organizar a sua sociedade.

Progressistas costumam ser a favor do direito do aborto e contra a pena de morte. Conservadores, que denunciam a interferência indevida do Estado na vida das pessoas, invocam a santidade da vida para que o Estado proíba o aborto, e geralmente são a favor da pena de morte, a mais radical interferência possível do Estado na vida de alguém. Enfim, seja como for que chegamos a isto, somos uma espécie complicada.

(Adaptado de: VERISSIMO, Luis Fernando O mundo é bárbaro. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 163-164)

O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se de modo a concordar com o termo sublinhado na frase:

- A) **A lei da sobrevivência dos mais fortes (concorrer)** para a explicação do evolucionismo darwinista.
- B) **Um valor do qual, via de regra, não se (afastar)** os conservadores é o da vantagem econômica.
- C) **O direito de aborto é uma das teses pelas quais (manifestar)** simpatia o progressista de esquerda.
- D) **Não (cabem)** ao Estado tomar iniciativas, segundo os conservadores, no plano dos valores individuais.
- E) **De todas as considerações feitas pelo autor, (resultam)** a conclusão de que nossa espécie é de fato complicada.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação

Fonte: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO à REGULAÇÃO DE TRANSPORTE - TÉCNICO EM CONTABILIDADE/ADMINISTRAÇÃO / ARTESP / 2017 / FCC

Q5.

Carros autônomos com diferentes tecnologias já estão circulando em várias partes do planeta, em ruas de grandes cidades e estradas no campo. Um caminhão autônomo já rodou cerca de 200 km nos Estados Unidos para fazer a entrega de uma grande carga de cerveja. Embora muito recentes, veículos sem motoristas são uma realidade crescente. E, no entanto, os países ainda não discutiram leis para reger seu trânsito.

No início do século 20, quando os primeiros automóveis se popularizaram, as cidades tiveram o desafio de criar uma legislação para eles, pois as vias públicas tinham sido concebidas para pedestres, cavalos e veículos puxados por animais. Cem anos depois, vivemos um momento semelhante diante da iminência de uma "nova revolução industrial", como define o secretário de Transportes paulistano, Sérgio Avelleda. Ele cita o exemplo das empresas de seguros: "Hoje o risco incide sobre pessoas, donos dos carros e motoristas. No futuro, passará a empresas que produzem o carro, porque os humanos viram passageiros apenas".

(Adaptado de: SERVA, Leão. Cidades discutem regras para carros autônomos, que já chegam com tudo. Disponível em: www.folha.uol.com.br)

Considere as relações coesivas estabelecidas pelo pronome *seu*, ao final do primeiro parágrafo. No contexto, esse pronome retoma, especificamente,

- A) veículos sem motoristas.
- B) Estados Unidos.
- C) leis.
- D) ruas de grandes cidades e estradas no campo.
- E) países.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Domínio dos mecanismos de coesão textual

Fonte: ANALISTA ADMINISTRAÇÃO / DPE/RS / 2017 / FCC

Q6.

Sem privacidade

Ainda é possível ter privacidade em meio a celulares, redes sociais e dispositivos outros das mais variadas conexões? Os mais velhos devem se lembrar do tempo em que era feio "ouvir conversa alheia". Hoje é impossível transitar por qualquer espaço público sem recolher informações pessoais de todo mundo. Viajando de ônibus, por exemplo, acompanham-se em conversas ao celular brigas de casal, reclamações trabalhistas, queixas de pais a filhos e vice-versa, declarações românticas, acordo de negócios, informações técnicas, transmissão de dados e um sem-número de situações de que se é testemunha compulsória. Em clara e alta voz, lances da vida alheia se expõem aos nossos ouvidos, desfazendo-se por completo a fronteira que outrora distinguia entre a intimidade e a mais aberta exposição.

Nas redes sociais, emoções destemperadas convivem com confissões perturbadoras, o humor de mau gosto disputa espaço com falácias políticas – tudo deixando ver que agora o sujeito só pode existir na medida em que proclama para o mundo inteiro seu gosto, sua opinião, seu juízo, sua reação emotiva. É como se todos se obrigassem a deixar bem claro para o resto da humanidade o sentido de sua existência, seu propósito no mundo. A discricção, a fala contida, o recolhimento íntimo parecem fazer parte de uma civilização extinta, de quando fazia sentido proteger os limites da própria individualidade.

Em meio a tais processos da irrestrita divulgação da personalidade, as reticências, a reflexão silenciosa e o olhar contemplativo surgem como sintomas problemáticos de alienação. Impõe-se um tipo de coletivismo no qual todos se obrigam a se falar, na esperança de que sejam ouvidos por todos. Nesse imenso ruído social, a reclamação por privacidade é recebida como o mais condenável egoísmo. Pretender identificar-se como um sujeito singular passou a soar como uma provocação escandalosa, em tempos de celebração do paradigma público da informação.

(Jeremias Tancredo Paz, inédito)

Considere as seguintes orações:

I. Perdeu-se a antiga privacidade.

II. No lugar da antiga privacidade está uma irrestrita conectividade.

III. Não há mais recolhimento íntimo duradouro.

Essas orações articulam-se num período cuja redação é clara, correta e coesa em:

- A) Como não há mais recolhimento íntimo e duradouro, já que a antiga privacidade deu lugar à irrestrita conectividade, ei-la perdida.
- B) Não havendo mais a antiga privacidade, sem recolhimento íntimo duradouro, está em seu lugar a irrestrita conectividade.
- C) Uma vez perdida a antiga privacidade, conquanto em seu lugar esteja uma irrestrita conectividade, já não há mais recolhimento íntimo duradouro.
- D) O recolhimento íntimo duradouro, perdeu-se com a antiga privacidade, em cujo lugar agora é ocupado por uma irrestrita conectividade.
- E) Já não há recolhimento íntimo duradouro, visto que no lugar da antiga privacidade está agora uma irrestrita conectividade.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Emprego de tempos e modos verbais

Fonte: ASSISTENTE TECNOLÓGICO - PROGRAMADOR / Pref. Teresina/PI / 2016 / FCC

Q7.

Há correta correlação entre as formas verbais em:

Quando as crianças saírem de férias,

- A) a família pudera viajar para o litoral.
- B) elas passavam mais tempo na rua.
- C) as mães teriam menos tempo para si.
- D) elas tiveram mais atividades ao ar livre.
- E) nós iremos ao sítio da família.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Vozes do verbo

Fonte: TÉCNICO ÁREA ADMINISTRATIVA / DPE/RS / 2017 / FCC

Q8.

O gol plagiado

“Jogador quer direito autoral sobre seus gols.”

Esporte, 20 jan. 2000

“Prezados senhores: dirigindo-se a V.Sa., refiro-me à notícia segundo a qual jogadores de futebol do Reino Unido, como Michael Owen e Ryan Giggs, querem receber autorais pela exibição de seus gols na mídia. Não tenho o status desses senhores – sou apenas um brasileiro que bate a sua bolinha nos fins de semana – mas desejo fazer uma grave denúncia: um dos jogadores citados (oportunamente divulgarei o nome) simplesmente plagiou um gol feito por mim.

Provas? Basta comparar os tapes dos referidos gols. No meu caso, trata-se de um trabalho amador – foi feito por meu filho, de dez anos – mas mesmo assim é bastante nítido. Vê-se que, como eu, o referido jogador estava num campo de futebol. Nos dois casos, a partida estava sendo disputada por times de 11 jogadores cada um. Nos dois casos havia uma bola, havia goleiros. Nos dois casos havia um juiz. No meu caso, um juiz usando bermudões e chinelos – mas juiz, de qualquer maneira.

Isto, quanto aos aspectos gerais. Vamos agora aos detalhes. No vídeo do jogador inglês, mostrado no mundo inteiro, vê-se que ele pega a bola na grande área, domina-a, livra-se de um adversário e chuta no canto esquerdo, marcando, é forçoso admitir, um belo tento, um gol que faz jus aos direitos autorais. No meu vídeo – feito uma semana antes, é importante que se diga –, vê-se que eu pego a bola na grande área, que a domino, que livro-me de um adversário e que chuto forte no canto esquerdo, marcando um belo tento.

Conclusão: o jogador inglês me plagiou. Quero, portanto, metade do que ele receber a título de direitos autorais. Se não for atendido em minha reivindicação levarei a questão a juízo. Estou seguro de que ganharei. Além do vídeo, conto com uma testemunha: o meu filho. Ele viu o jogo do começo ao fim e pode depor a meu favor. É pena não ter mais testemunhas, mas, infelizmente, ele foi o único espectador desse jogo. E irá comigo demandar justiça contra o plágio.”

(SCLIAR, Moacyr. O imaginário cotidiano. São Paulo, Global, 2013, p. 55)

Se não for atendido em minha reivindicação levarei a questão a juízo. (4º parágrafo)

A voz ativa correspondente da forma verbal destacada é:

- A) atende
- B) se atendesse
- C) me atenderem
- D) ser atendida
- E) se atende

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Concordância nominal e verbal

Fonte: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO à REGULAÇÃO DE TRANSPORTE - TÉCNICO EM CONTABILIDADE/ADMINISTRAÇÃO / ARTESP / 2017 / FCC

Q9.

Equipamentos cada vez mais elaborados estão realizando mais e mais trabalhos que antes exigiam o cérebro humano e substituindo também a força física. Uma pesquisa recente da Universidade de Oxford, no Reino Unido, sugere que cerca de metade dos postos de trabalho existentes hoje nos EUA serão automatizados até 2033.

Segundo as previsões do professor Richard Baldwin, economista do renomado Instituto Graduate, de Genebra, "alguns quartos de hotéis em Londres poderão ser limpos por pessoas conduzindo robôs diretamente do Quênia ou de Buenos Aires e de outros lugares por menos de um décimo do preço praticado na Europa". E ele tem uma visão simples sobre a reação política das pessoas a este cenário: "Elas vão ficar com raiva".

Alguns políticos reconheceram que 2016 marcou o início dessa raiva. O problema é que, entre paredes e barreiras comerciais, eles têm poucas opções para lidar com o aumento da desigualdade. O ex-consultor de economia do vice-presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, escreveu recentemente: "Para sermos honestos, precisamos admitir que nenhum dos lados – democratas ou republicanos – tem um plano robusto e convincente para recuperar os postos de trabalho em comunidades que perderam muito da base manufatureira". A economista-chefe do Fundo Monetário Internacional, Christine Lagarde, defende o uso de políticas para impulsionar as pessoas a novas vagas de emprego. Mas, para isso, as vagas precisam existir. E nada garante que elas existirão.

(Adaptado de: MARDELL, Mark. 2017 marcará o início da era dos robôs?. Disponível em: www.bbc.com)

Atendendo às regras de concordância padrão e respeitando o sentido do trecho, em linhas gerais, uma redação alternativa para a expressão destacada está entre colchetes em:

- A) ... cerca de metade dos postos de trabalho existentes hoje nos EUA serão automatizados até 2033. (1º parágrafo) [será automatizada]
- B) ... trabalhos que antes exigiam o cérebro humano... (1º parágrafo) [exigiu]
- C) "Para sermos honestos... (3º parágrafo) [honesto]
- D) ... um décimo do preço praticado na Europa". (2º parágrafo) [praticados]
- E) "Elas vão ficar com raiva". (2º parágrafo) [ficarem]

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Regência nominal e verbal

Fonte: AUXILIAR ADMINISTRATIVO / DPE/RR / 2015 / FCC

Q10.

Internet

Quando decidimos criar o site Porta dos Fundos, o fizemos porque a televisão tinha nos dito que nosso tipo de humor não era popular, era feito para um nicho e não daria ibope. Resolvemos fazer na internet porque era onde podíamos ter gerência do nosso "projeto". Podíamos falar o que quiséssemos do jeito que nós bem entendêssemos.

Dois anos após o lançamento, o **Porta** bateu a marca de mais de um bilhão de espectadores pelo Brasil e pelo mundo. Eles tinham razão, se tivéssemos feito um programa para televisão, com toda certeza nosso público teria sido muito pequeno e não teria dado ibope. Até porque iriam nos colocar sexta-feira, meia-noite e meia depois de um **Globo Repórter**. Na internet tivemos a possibilidade de sermos vistos sem as amarras dos horários certinhos e dos dias determinados. Uma pessoa no Japão pode assistir aos nossos vídeos a qualquer hora do dia em qualquer lugar e mídia. A TV precisa dizer para ela mesma o que nos disse lá trás: que seus programas são feitos para um nicho e não vão dar ibope. A importância da internet é gigante e um terreno ainda a ser explorado.

Em outubro de 2014, o **Porta dos Fundos** resolveu levar os episódios que já estão na internet para a televisão. Queríamos atingir um outro tipo de público, e conseguimos. Muita gente que não sabia do site tomou conhecimento do nosso conteúdo. Ou seja, cada plataforma tem o seu valor e uma não exclui a outra.

(Adaptado de: PORCHAT, Fábio. O Estado de S.Paulo. Caderno 2. C10, 16/11/2014)

No que se refere à regência, a expressão empregada corretamente está destacada em negrito na seguinte frase, redigida a partir do texto:

- A) **Para ilustrar seu ponto de vista, Fábio Porchat faz alusão a** um programa da Rede Globo de televisão.
- B) **A televisão disse aos humoristas que seu programa não provocaria um forte impacto sob** o público geral.
- C) **Exibir o programa em uma sexta-feira após meianoite faria com que a audiência ficasse restrita de** poucos.
- D) **Após dois anos, um número expressivo de espectadores demonstrava sua aprovação sobre o** programa.
- E) **Fábio Porchat e seus sócios estudaram com cautela a viabilidade por** levar o programa à televisão em 2014.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Sintaxe

Fonte: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO à REGULAÇÃO DE TRANSPORTE - TÉCNICO EM CONTABILIDADE/ADMINISTRAÇÃO / ARTESP / 2017 / FCC

Q11.

Carros autônomos com diferentes tecnologias já estão circulando em várias partes do planeta, em ruas de grandes cidades e estradas no campo. Um caminhão autônomo já rodou cerca de 200 km nos Estados Unidos para fazer a entrega de uma grande carga de cerveja. Embora muito recentes, veículos sem motoristas são uma realidade crescente. E, no entanto, os países ainda não discutiram leis para reger seu trânsito.

No início do século 20, quando os primeiros automóveis se popularizaram, as cidades tiveram o desafio de criar uma legislação para eles, pois as vias públicas tinham sido concebidas para pedestres, cavalos e veículos puxados por animais. Cem anos depois, vivemos um momento semelhante diante da iminência de uma "nova revolução industrial", como define o secretário de Transportes paulistano, Sérgio Avelleda. Ele cita o exemplo das empresas de seguros: "Hoje o risco incide sobre pessoas, donos dos carros e motoristas. No futuro, passará a empresas que produzem o carro, porque os humanos viram passageiros apenas".

(Adaptado de: SERVA, Leão. Cidades discutem regras para carros autônomos, que já chegam com tudo. Disponível em: www.folha.uol.com.br)

Cem anos depois, vivemos um momento semelhante... (2º parágrafo)

A expressão que serve de complemento ao termo *semelhante*, reforçando a coesão com o período imediatamente anterior e atendendo às regras de regência padrão, é

- A) perante aquele.
- B) daquele.
- C) com aquele.
- D) àquele.
- E) para aquele.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Redação (confronto e reconhecimento de frases corretas e incorretas)

Fonte: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO à REGULAÇÃO DE TRANSPORTE - TÉCNICO EM CONTABILIDADE/ADMINISTRAÇÃO / ARTESP / 2017 / FCC

Q12.

Vimos por meio desta solicitar a instalação de um redutor de velocidade na Rua Girassol, próximo ao número 10, tendo em vista que na rua circula caminhão e ônibus em alta velocidade, o que acarretam rachaduras nas residências.

Para que o texto atenda plenamente às regras da norma-padrão da língua portuguesa, é preciso que se substitua

- A) **vista por vistas.**
- B) **circula por circulam.**
- C) **próximo por próxima.**
- D) **Vimos por Viemos.**
- E) **acarretam por acarreta.**

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados

Fonte: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO à REGULAÇÃO DE TRANSPORTE - TÉCNICO EM CONTABILIDADE/ADMINISTRAÇÃO / ARTESP / 2017 / FCC

Q13.

Aplicativos para celular e outros avanços tecnológicos têm transformado as formas de ir e vir da população e podem ser grandes aliados na melhoria da mobilidade urbana.

Segundo a União Internacional dos Transportes Públicos (UITP), simulações feitas nas capitais de países da União Europeia mostram que a combinação de transporte público de alta capacidade e o compartilhamento de carros e caronas poderia remover até 65 de cada 100 carros nos horários de pico.

(Adaptado de: Aplicativos e tecnologia mudam a mobilidade urbana. Disponível em: <http://odia.ig.com.br>)

O segundo parágrafo do texto apresenta uma mensagem com teor

- A) ilustrativo, que relativiza a tese do primeiro parágrafo.
- B) informativo, que corrobora a tese do primeiro parágrafo.
- C) científico, que refuta a tese do primeiro parágrafo.
- D) controverso, que retifica a tese do primeiro parágrafo.
- E) apelativo, que questiona a tese do primeiro parágrafo.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Reconhecimento de tipos e gêneros textuais

Fonte: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO à REGULAÇÃO DE TRANSPORTE - TÉCNICO EM CONTABILIDADE/ADMINISTRAÇÃO / ARTESP / 2017 / FCC

Q14.

Pode ser um saudosismo bobo, mas tenho saudades do tempo em que se ouvia o futebol pelo rádio. Às vezes, era apenas chiado; às vezes, o chiado se misturava com a narração; às vezes, a estação sumia; sem mais nem menos, voltava, e o jogo parecia tão disputado, mas tão emocionante, repleto de lances espetaculares, que tudo que queríamos no dia seguinte era assistir os melhores momentos na televisão. Hoje todos os jogos são transmitidos pela televisão. Isso é uma coisa esplêndida, mas sepultou a fantasia, a mágica.

Agora, que fique claro: em absoluto falo mal da tecnologia. Ao contrário, o avanço tecnológico, principalmente a chegada da internet, trouxe muita coisa boa pra muita gente. Lembro que ainda engatinhava no plano do Direito e, se quisesse ter acesso a uma boa jurisprudência, tinha que fazer assinatura. Hoje, está tudo aí, disponível, à farta, de graça. Somente quem viveu numa época em que não havia a internet tem condições de dimensionar o nível de transformação e de reprodução do conhecimento humano que ela representou...

(Adaptado de: GEIA, Sergio. Então chegou a tecnologia... Disponível em: www.cronicadodia.com.br)

Condizente com o gênero crônica, o texto consiste em

- A) uma história fantasiosa inspirada em fatos reais, com linguagem cerimoniosa.
- B) um registro histórico de fatos de relevo internacional, com linguagem hermética.
- C) um relato subjetivo de experiências cotidianas, com linguagem coloquial.
- D) uma compilação de opiniões divergentes sobre tema polêmico, com linguagem afetada.
- E) uma descrição objetiva da realidade visando noticiar fatos inéditos, com linguagem formal.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Língua Portuguesa / Adequação da linguagem ao tipo de documento; Adequação do formato do texto ao gênero.

Fonte: TÉCNICO PREVIDENCIÁRIO - INFORMÁTICA / MANAUSPREV / 2015 / FCC

Q15.

Na margem esquerda do rio Amazonas, entre Manaus e Itacoatiara, foram encontrados vestígios de inúmeros sítios indígenas pré-históricos. O que muitos de nós não sabemos é que ainda existem regiões ocultas situadas no interior da Amazônia e um povo, também desconhecido, que teria vivido por aquelas paragens, ainda hoje não totalmente desbravadas.

Em 1870, o explorador João Barbosa Rodrigues descobriu uma grande necrópole indígena contendo vasta gama de peças em cerâmica de incrível perfeição; teria sido construída por uma civilização até então desconhecida em nosso país. Utilizando a língua dos índios da região, ele denominou o sítio de Miracanguera. A atenção do pesquisador foi atraída primeiramente por uma vasilha de cerâmica, propriedade de um viajante. Este informante disse tê-la adquirido de um mestiço, residente na Vila do Serpa (atual Itacoatiara), que dispunha de diversas peças, as quais teria recolhido na Várzea de Matari. Barbosa Rodrigues suspeitou que poderia se tratar de um sítio arqueológico de uma cultura totalmente diferente das já identificadas na Amazônia.

Em seu interior as vasilhas continham ossos calcinados, demonstrando que a maioria dos mortos tinham sido incinerados. De fato, a maior parte dos despojos dos miracangueras era composta de cinzas. Além das vasilhas mortuárias, o pesquisador encontrou diversas tigelas e pratos utilitários, todos de formas elegantes e cobertos por uma fina camada de barro branco, que os arqueólogos denominam de “engobe”, tão perfeito que dava ao conjunto a aparência de porcelana. Uma parte das vasilhas apresentava curiosas decorações e pinturas em preto e vermelho. Outro detalhe que surpreendeu o pesquisador foi a variedade de formas existentes nos sítios onde escavou, destacando-se certas vasilhas em forma de taças de pés altos, as quais lembram congêneres da Grécia Clássica.

Havia peças mais elaboradas, certamente para pessoas de posição elevada dentro do grupo. A cerâmica do sítio de Miracanguera recebia um banho de tabatinga (tipo de argila com material orgânico) e eventualmente uma pintura com motivos geométricos, além da decoração plástica que destacava detalhes específicos, tais como seres humanos sentados e com as pernas representadas.

João Barbosa Rodrigues faleceu em 1909. Em 1925, o famoso antropólogo Kurt Nimuendaju tentou encontrar Miracanguera, mas a ilha já tinha sido tragada pelas águas do rio Amazonas. Arqueólogos americanos também vasculharam áreas arqueológicas da Amazônia, inclusive no Equador, Peru e Guiana Francesa, no final dos anos de 1940. Como não conseguiram achar Miracanguera, “decidiram” que a descoberta do brasileiro tinha sido “apenas uma subtração de agricultores andinos”.

Porém, nos anos de 1960, outro americano lançou nova interpretação para aquela cultura, concluindo que o grupo indígena dos miracangueras não era originário da região, como já dizia Barbosa Rodrigues. Trata-se de um mistério relativo a uma civilização perdida que talvez não seja solucionado nas próximas décadas. Em pleno século 21, a cultura miracanguera continua oficialmente “inexistente” para as autoridades culturais do Brasil e do mundo.

(Adaptado de: Museu Nacional do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://saemuseunacional.wordpress.com>. SILVA, Carlos Augusto da. A dinâmica do uso da terra nos locais onde há sítios arqueológicos: o caso da comunidade Cai N'água, Maniquiri-AM / (Dissertação de Mestrado) – UFAM, 2010)

Dos segmentos abaixo, o que NÃO possui linguagem adequada a documentos oficiais encontra-se em:

- A) Trata-se de um mistério relativo a uma civilização perdida...
- B) ... cobertos por uma fina camada de barro branco, que os arqueólogos denominam de “engobe”...

- C) Arqueólogos americanos também vasculharam áreas arqueológicas da Amazônia
- D) A atenção do pesquisador foi atraída primeiramente por uma vasilha de cerâmica...
- E) ... mas a ilha já tinha sido tragada pelas águas do rio Amazonas.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Conhecimentos Jurídicos e Institucionais / Constituição da República: arts. 1º ao 144

Fonte: TÉCNICO ÁREA ADMINISTRATIVA / DPE/RS / 2017 / FCC

Q16.

Certo Estado da Federação vendeu bem público de sua propriedade para empresa que pretende construir obra de grande impacto ambiental. Há indícios de que o imóvel foi vendido por preço muito abaixo do de mercado. As obras, por sua vez, estão sendo realizadas sem que seja cumprida a legislação ambiental. Nesse cenário, e com fundamento na Constituição Federal,

- A) o Ministério Público poderá representar ao Conselho Nacional de Justiça para que anule a venda do imóvel, alegando que o ato foi lesivo ao patrimônio público.
- B) qualquer cidadão poderá propor mandado de segurança para impedir ato lesivo ao meio ambiente a ser praticado pela empresa adquirente do imóvel.
- C) o Ministério Público poderá requisitar a instauração de inquérito policial, caso vislumbre a prática de ato criminoso na venda do imóvel, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais.
- D) o Ministério Público poderá, mediante autorização judicial, promover o inquérito civil para investigar a ocorrência de lesão ao patrimônio público e do meio ambiente.
- E) o Ministério Público poderá prestar consultoria jurídica à empresa que pretende construir a obra, a fim de evitar a prática de lesão ao meio ambiente.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Conhecimentos Jurídicos e Institucionais / Lei Complementar Federal nº 80/94, e alterações posteriores, em especial a Lei Complementar 132/2009

Fonte: ASSISTENTE ADMINISTRATIVO / DPE/RR / 2015 / FCC

Q17.

Nos termos da Lei Complementar no 80/94, acompanhar o estágio probatório dos membros da Defensoria Pública do Estado de Roraima compete ao

- A) Governador do Estado.
- B) Corregedor-Geral.
- C) Defensor Público-Geral.
- D) Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado.
- E) Conselho Nacional de Justiça.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Conhecimentos Jurídicos e Institucionais / Código Penal (Decreto-lei nº 2.848/40 e suas alterações posteriores) / arts. 312 a 327 (Crimes Praticados Por Funcionários Públicos Contra a Administração em Geral)

Fonte: TÉCNICO DA RECEITA ESTADUAL - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO / SEFAZ - SEGEP/MA / 2016 / FCC

Q18.

Praticado o peculato culposo, fica extinta a punibilidade do funcionário público que repara o dano antes

- A) do oferecimento da denúncia.
- B) da sentença irrecorrível.
- C) da conclusão da investigação penal.
- D) de ser exonerado do serviço público.
- E) da conclusão do processo administrativo disciplinar.

Conhecimentos Jurídicos e Institucionais / Lei de Improbidade Administrativa - Lei n. 8429/1992 - Artigos 1º a 12º / Disposições Gerais

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 24ª / 2017 / FCC

Q19.

Maria prestou concurso para cargo em empresa pública prestadora de serviços públicos, tendo sido aprovada e regularmente empossada ao cargo no ano de 2015. Maria

- A) é considerada agente público para fins de incidência das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa.
- B) submete-se obrigatoriamente ao regime estatutário do servidor público, sendo, no entanto, o vínculo jurídico entre ela e a empresa pública de natureza contratual.
- C) não terá direito de exigir motivação em eventual ato de demissão.
- D) poderá acumular seu emprego com cargos ou funções públicas, não lhe sendo aplicável a proibição de acumulação prevista na Constituição Federal.
- E) está sujeita a todas as normas aplicáveis aos servidores públicos das autarquias, sem qualquer exceção.

Conhecimentos Jurídicos e Institucionais / Lei de Improbidade Administrativa - Lei n. 8429/1992 - Artigos 1º a 12º / Atos de Improbidade

Fonte: TÉCNICO ÁREA ADMINISTRATIVA / DPE/RS / 2017 / FCC

Q20.

O zelador de uma escola pública, ocupante de cargo comissionado de Chefe de Vigilância, reside nas dependências do equipamento público, em uma modesta construção erguida no mesmo terreno, a fim de vigiar e controlar o acesso ao equipamento público. Descobriu-se, no entanto, que o mesmo alugava um dos espaços anexos da escola para funcionamento, em algumas noites da semana, de uma casa de jogos de azar clandestina. No que se refere à tipificação da conduta do zelador,

- A) em razão da função desempenhada, enquadra-se no conceito de agente público e, como tal, sua conduta tipifica-se como ato de improbidade que gera enriquecimento ilícito, já tendo sido demonstrado o dolo do servidor.
- B) pode configurar infração disciplinar ou mesmo criminal, mas não se tipifica como ato de improbidade, na medida em que não houve qualquer prejuízo ao erário.
- C) se enquadra como ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração pública e, em se tratando de infração de mera conduta, basta a demonstração de culpa para a imposição de sanção.
- D) este não pode ser equiparado a agente público para fins de configuração de ato de improbidade, tampouco ser punido disciplinar ou criminalmente, razão pela qual resta apenas a possibilidade de exoneração do mesmo.
- E) configura ato de improbidade que atenta contra os princípios da administração, mas para sua configuração e efetivo sancionamento, demanda o envolvimento de algum servidor estatutário ou celetista, pois o zelador exercia apenas função pública, não se enquadrando no conceito de agente público.

Conhecimentos Jurídicos e Institucionais / Lei de Improbidade Administrativa - Lei n. 8429/1992 - Artigos 1º a 12º / Penas

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRE/SP / 2017 / FCC

Q21.

Considere a seguinte situação hipotética: Beatriz, servidora pública do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, está sendo processada pela prática de ato ímprobo que importa enriquecimento ilícito. Cumpre salientar que o Ministério Público Federal, na petição inicial da ação de improbidade, afastou a ocorrência de prejuízo ao erário. Nos termos da Lei nº 8.429/1992,

- A) a medida de indisponibilidade de bens não é cabível, tendo em vista a modalidade de ato ímprobo praticado e a inexistência de prejuízo ao erário.
- B) na hipótese de falecimento de Beatriz, seu sucessor estará sujeito às cominações da Lei de Improbidade Administrativa, que, excepcionalmente, poderá ultrapassar o valor da herança.
- C) a medida de indisponibilidade de bens é cabível, no entanto, recairá somente sobre o acréscimo patrimonial resultante do enriquecimento ilícito.
- D) Beatriz é parte ilegítima para figurar no pólo passivo da ação de improbidade, por não figurar no rol de agentes públicos sujeitos às sanções da Lei de Improbidade Administrativa.
- E) na hipótese de falecimento de Beatriz, seu sucessor não responderá por qualquer sanção, tendo em vista a modalidade de ato ímprobo praticado.

Noções de Direito Administrativo / Organização Administrativa Brasileira / Princípios; Espécies; Formas e Características

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVO / TRE/SP / 2012 / FCC

Q22.

Em seu sentido subjetivo, a administração pública pode ser definida como

- A) a atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve, sob o regime de direito público, para a realização dos interesses coletivos.
- B) o conjunto de órgãos e de pessoas jurídicas ao qual a Lei atribui o exercício da função administrativa do Estado.
- C) os órgãos ligados diretamente ao poder central, federal, estadual ou municipal. São os próprios organismos dirigentes, seus ministérios e secretarias.
- D) as entidades com personalidade jurídica própria, que foram criadas para realizar atividades de Governo de forma descentralizada. São exemplos as Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.
- E) as entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União, se federal, criadas para exploração de atividade econômica que o Governo seja levado a exercer por força de contingência ou conveniência administrativa.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Organização Administrativa Brasileira / Centralização e Descentralização; Concentração e Desconcentração

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA / TRT 3ª / 2015 / FCC

Q23.

O Estado de Minas Gerais, assim como os demais Estados-Membros e também os Municípios, detêm competência legislativa própria que não decorre da União Federal, nem a ela se subordina, mas encontra seu fundamento na própria Constituição Federal. Trata-se da denominada

- A) descentralização funcional.
- B) descentralização administrativa.
- C) desconcentração.
- D) descentralização política.
- E) descentralização por colaboração.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Organização Administrativa Brasileira / Administração Pública Direta

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRE/PR / 2017 / FCC

Q24.

A Administração pública direta organiza-se em órgãos, cuja atuação é informada por princípios e regras. A estrutura funcional pressupõe organização hierarquizada, que confere à Administração pública alguns poderes e prerrogativas, tais como a

- A) possibilidade de delegar competências exclusivas por critério subjetivo, quando a organização administrativa entender que uma determinada autoridade ou órgão poderia melhor desempenhar determinadas funções.
- B) competência para instituir sanções, aplicá-las ou perdoá-las, em análise discricionária feita pela autoridade competente, sempre que entender que a decisão melhor atenderá o interesse público.
- C) possibilidade da autoridade superior avocar competência para realizar as funções e atribuições de seus subordinados, independentemente de se tratar de competências privativas ou exclusivas, bem como de previsão normativa expressa.
- D) competência para editar atos normativos autônomos, de caráter funcional e disciplinar, instituindo regras de atuação da Administração e infrações disciplinares com suas respectivas sanções.
- E) possibilidade de determinados servidores aplicarem sanções aos seus subordinados hierarquicamente, em caso de infrações disciplinares, na forma legalmente prevista.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Organização Administrativa Brasileira / Administração Pública Indireta / Autarquias

Fonte: AGENTE DE APOIO LEGISLATIVO / Assembleia Legislativa/MS / 2016 / FCC

Q25.

Determinado ente federado pretende descentralizar serviço público de sua competência transferindo-o para pessoa jurídica de direito público. Para tanto,

- A) deverá criar por lei geral autarquia, que passará a integrar a Administração indireta do Estado.
- B) deverá criar por lei específica autarquia, que passará a integrar a Administração indireta do Estado.
- C) poderá instituir autarquia ou empresa pública, ambas por lei autorizativa, devendo, no entanto, motivar sua decisão.
- D) deverá instituir por lei autarquia, que passará a integrar a Administração direta do Estado.
- E) poderá instituir autarquia, empresa pública ou sociedade de economia mista, a primeira por lei, as demais por atos próprios, após a edição de lei autorizativa da instituição.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Organização Administrativa Brasileira / Administração Pública Indireta / Fundações

Fonte: DEFENSOR PÚBLICO / DPE/SP / 2012 / FCC

Q26.

As fundações de direito público, também denominadas autarquias fundacionais, são instituídas por meio de lei específica e

- A) seus agentes não ocupam cargo público e não há responsabilidade objetiva por danos causados a terceiros.
- B) seus contratos administrativos devem ser precedidos de procedimento licitatório, na forma da lei.
- C) seus atos constitutivos devem ser inscritos junto ao Registro Civil das Pessoas Jurídicas, definindo as áreas de sua atuação.
- D) seus atos administrativos não gozam de presunção de legitimidade e não possuem executoriedade.
- E) seu regime tributário é comum sobre o patrimônio, a renda e os serviços relacionados às suas finalidades essenciais.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Organização Administrativa Brasileira / Administração Pública Indireta / Empresas Públicas

Fonte: AUXILIAR ADMINISTRATIVO / COPERGÁS / 2016 / FCC

Q27.

Uma empresa pública federal pretende constituir-se sob a forma de sociedade unipessoal. Outra empresa pública federal pretende constituir-se sob a forma de empresa pública unipessoal. A propósito do tema, é correto afirmar que

- A) ambas são admitidas no âmbito federal e, apesar de distintas, nenhuma delas apresenta Assembleia Geral.
- B) não se admite, no âmbito federal, a criação de empresas públicas com formas inéditas como as citadas no enunciado.
- C) as formas de empresa pública citadas no enunciado são as mesmas, isto é, tratam-se de empresas públicas idênticas.
- D) as formas de empresas citadas são admitidas no âmbito federal e a diferença entre elas é que na empresa pública unipessoal existe a Assembleia Geral, enquanto na sociedade unipessoal não.
- E) as formas de empresas citadas são admitidas no âmbito federal e a diferença entre elas é que na sociedade unipessoal existe a Assembleia Geral, enquanto na empresa pública unipessoal não.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Organização Administrativa Brasileira / Administração Pública Indireta / Sociedades de Economia Mista

Fonte: TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR - ANALISTA ADMINISTRATIVO / Pref. Teresina/PI / 2016 / FCC

Q28.

Pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma da legislação brasileira, com parte do capital pertencente a entes públicos, na condição de detentores do controle, prestadora de serviço público, sujeita a regime licitatório para contratação das atividades-meio, descreve uma

- A) sociedade de economia mista.
- B) autarquia.
- C) fundação.
- D) empresa pública.
- E) autarquia especial.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Fonte: ANALISTA DESENVOLVIMENTO GESTÃO JÚNIOR - ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS / Metrô/SP / 2012 / FCC

Q29.

Autarquia criada em regime especial que regula determinados setores, fiscalizando e organizando a atividade econômica, impondo limitações administrativas, exercendo todas funções do Poder Público na concessão, permissão ou autorização de serviço público ou concessão de bem público ao particular. Trata-se de:

- A) Entidade paraestatal.
- B) Agência reguladora.
- C) Agência executiva.
- D) Organização social.
- E) OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Organização Administrativa Brasileira / Entidades Paraestatais / Organizações Sociais

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - EXECUÇÃO DE MANDATOS / TRT 8ª / 2010 / FCC

Q30.

Quando o Poder Público estabelece parceria com Organizações Sociais, assim qualificadas, sem fins lucrativos, para fomento e execução de atividades relativas à área de proteção e preservação do meio ambiente, ele o faz por meio de contrato de:

- A) mão de obra.
- B) concessão.
- C) permissão.
- D) prestação de serviços.
- E) gestão.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Atos Administrativos / Conceito; Requisitos; Mérito; Atributos

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRE/PR / 2017 / FCC

Q31.

O diretor de uma repartição pública aproveitou-se da necessidade da Administração pública adquirir um terreno para instalar uma unidade operacional ambiental e indicou, para ser desapropriado, o imóvel de um desafeto seu. O terreno pertencente a esse desafeto, embora não apresentasse nenhum problema aparente que impedisse a aquisição, não era o que melhor preenchia as características procuradas pela Administração, tais como localização, dimensão, declividade, etc., inclusive porque encareceria a obra.

Não obstante, o diretor insistiu e o terreno acabou sendo adquirido, por ordem emanada por aquela autoridade. O ato administrativo

- A) possui vício de competência posto que o administrador, quando agiu para atendimento de propósitos pessoais, tornou-se autoridade incompetente para decidir.
- B) possui vício sanável, caso seja ratificado pela autoridade competente, se esta entender que o terreno pode atender ao interesse público.
- C) foi regularmente editado, pois respeita a autoridade competente para sua emissão.
- D) é eivado de vício de desvio de finalidade, uma vez que o terreno foi adquirido para fins de desagradar desafeto da autoridade que o emitiu, tendo inclusive onerado a Administração.
- E) é eivado de vício de motivo, visto que esse é inexistente, podendo ser sanado caso o terreno adquirido acabe por ser utilizado pela Administração, ainda que por valor superior ao pretendido pela Administração.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Atos Administrativos / Classificação; Teoria dos Motivos Determinantes

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 11ª / 2017 / FCC

Q32.

Rodrigo é servidor público federal e chefe de determinada repartição pública. Rodrigo indeferiu as férias pleiteadas por um de seus subordinados, o servidor José, alegando escassez de pessoal na repartição. No entanto, José comprovou, que há excesso

de servidores na repartição pública. No caso narrado,

- A) há vício de motivo no ato administrativo.
- B) o ato deve, obrigatoriamente, permanecer no mundo jurídico, vez que sequer exigia fundamentação.
- C) inexistente vício no ato administrativo, no entanto, o ato comporta revogação.
- D) o ato praticado por Rodrigo encontra-se viciado, no entanto, não admite anulação, haja vista a discricionariedade administrativa na hipótese.
- E) o objeto do ato administrativo encontra-se viciado.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Atos Administrativos / Anulação e Revogação dos atos administrativos

Fonte: TÉCNICO ÁREA ADMINISTRATIVA / DPE/RS / 2017 / FCC

Q33.

O poder da Administração pública de rever seus próprios atos é um dos mecanismos de controle que, tal como os demais, encontra limites

- A) no direito adquirido, ou seja, somente pode ser exercido até o trânsito em julgado da decisão proferida no processo administrativo.
- B) no poder Judiciário, pois demanda homologação judicial em casos de demandas judiciais ajuizadas para discussão da validade de atos administrativos.
- C) no exaurimento dos efeitos do ato que se pretende anular ou revogar, pois a revisão não reverteria a situação decorrente de irregularidade que se buscou corrigir.
- D) no prazo para revisão dos atos administrativos, a ser estabelecido por decreto do ente federado, como expressão de seu poder normativo de organização da Administração pública.
- E) no ajuizamento de recurso administrativo, que impede a revogação ou anulação do ato até que se profira decisão final a respeito.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Atos Administrativos / Discricionariedade

Fonte: TÉCNICO ÁREA ADMINISTRATIVA / DPE/RS / 2017 / FCC

Q34.

A atuação da Administração pública pauta-se na legalidade, mas dentro desse conceito lhe é dado agir com certa margem de liberdade de escolha em determinadas situações, quando a ausência de disposição expressa ou a indeterminação dos termos legais conferem mais de uma opção de decisão. Essa atuação é qualificada como

- A) vinculada em sentido amplo, pois ainda que se extraiam da lei diversas opções de decisão, ao optar por uma delas, a atuação da Administração fica adstrita à legislação que a fundamentou.
- B) discricionária, pois quando não há previsão expressa da conduta que a Administração deve adotar em determinada situação, o exercício de interpretação para aplicação da norma pode permitir a identificação de mais de uma opção possível e válida de decisão.
- C) discricionária técnica, pois em verdade inexistem opções para o administrador, que sempre conseguirá identificar a solução válida com base na oitiva de órgãos especializados no assunto.
- D) poder de polícia, tendo em vista que esse dispensa previsão normativa das medidas e sanções a serem adotadas, cabendo à autoridade competente identificar, quando da situação, a verificação da melhor conduta a tomar.
- E) poder vinculado, tendo em vista que esse confere à Administração a atribuição de escolher uma opção válida dentre as possíveis de serem extraídas da interpretação legal.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Serviços Públicos / Conceito: Classificação

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 23ª / 2016 / FCC

Q35.

Considere:

I. Independente de a pessoa satisfazer as condições legais, ela faz jus à prestação do serviço público, não podendo haver distinção de caráter pessoal.

II. Um dos princípios que regem os serviços públicos denomina-se mutabilidade do regime jurídico, segundo o qual admitem-se mudanças no regime de execução do serviço para adaptá-lo ao interesse privado, que é variável no tempo.

III. O princípio da continuidade do serviço público tem aplicação especialmente com relação aos contratos administrativos e ao exercício da função pública.

No que concerne aos princípios inerentes ao regime jurídico dos serviços públicos, está correto o que consta APENAS em

- A) I.
- B) I e III.
- C) II.
- D) I e II.
- E) III.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Serviços Públicos / Regulamentação e Controle

Fonte: ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO - INSPEÇÃO GOVERNAMENTAL / TCM/CE / 2010 / FCC

Q36.

Identificada possível irregularidade na celebração de contrato de prestação de serviços por órgão da administração direta federal, prevê a Constituição da República que

- A) o Tribunal de Contas da União sustará a execução do contrato, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Poder Judiciário.
- B) a Câmara dos Deputados aplicará aos responsáveis as sanções previstas na Constituição e em lei.
- C) o ato de sustação será adotado diretamente pelo Congresso Nacional, que solicitará ao Poder Executivo as medidas cabíveis.
- D) o Tribunal de Contas da União procederá à tomada de contas do Presidente da República, devendo julgá-las num prazo de 60 dias a contar de seu recebimento, independentemente de outras manifestações.
- E) a Comissão mista permanente de orçamento determinará à autoridade responsável que sane a irregularidade e, se não atendida em 5 dias, promoverá a sustação do contrato.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Serviços Públicos / Permissão

Fonte: AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO - ÁREA FINALÍSTICA CONTROLE EXTERNO / TCM/GO / 2015 / FCC

Q37.

Determinado Município pretende ampliar a oferta de transporte coletivo aos cidadãos, disponibilizando novas linhas de ônibus e modernizando a frota existente. Uma das alternativas juridicamente possível para atingir tal finalidade seria a outorga de

- A) titularidade do serviço público de transporte de passageiros à empresas privadas credenciadas, mediante autorização.
- B) concessão, em caráter precário ou por prazo determinado, do serviço público de transporte de passageiros à empresa privada.
- C) permissão do serviço público de transporte de passageiros à empresas privadas, sempre mediante prévio procedimento licitatório.
- D) permissão para a prestação de serviço público de transporte de passageiros, com o pagamento, pelo poder concedente, dos valores necessários à prestação do serviço.
- E) titularidade do serviço público de transporte de passageiros a consórcio de empresas privadas, mediante prévio procedimento licitatório, para exploração mediante cobrança de tarifa dos usuários.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Serviços Públicos / Concessão

Fonte: TÉCNICO DA RECEITA ESTADUAL - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO / SEFAZ - SEGE/MA / 2016 / FCC

Q38.

Delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.

Essa é a definição legal do regime de descentralização de serviço mediante

- A) permissão.
- B) autorização.
- C) concessão.
- D) parceria público privada.
- E) licença.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Serviços Públicos / Autorização

Fonte: ANALISTA - ADMINISTRAÇÃO / DPE/RS / 2013 / FCC

Q39.

A exploração por particular de serviço público não exclusivo do Estado como, por exemplo, saúde e educação,

- A) sujeita-se ao regime de concessão, com exploração por conta e risco do particular.
- B) sujeita-se ao regime de permissão, possuindo caráter precário.
- C) não está sujeita a controle do poder público, caracterizando-se como atividade econômica.
- D) somente é admitida em caráter excepcional, para suprir a oferta pública deficiente.
- E) depende de autorização do poder público.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Licitações Públicas e Contratos Administrativos

Fonte: TÉCNICO ÁREA ADMINISTRATIVA / DPE/RS / 2017 / FCC

Q40.

Em um convênio firmado entre entes integrantes da Administração direta e indireta da mesma esfera, para instalação de um centro de treinamento esportivo para menores carentes,

- A) devem ser estabelecidas as atribuições das partes e os valores que serão desembolsados para execução das mesmas, com eventuais repasses de verbas, vedada remuneração entre os convenientes e sujeito o instrumento e seus subscritores à fiscalização do Tribunal de Contas.
- B) pode ser estabelecida remuneração moderada, para suprir as despesas que o ente responsável pela execução das tarefas terá com as obras e a manutenção, não sendo sindicável pelo Tribunal de Contas em razão de não se tratar de contrato administrativo.
- C) somente cabe fiscalização do Tribunal de Contas no caso de haver remuneração entre os convenientes, sem prejuízo dos repasses de verba para custeio das despesas, mantida, sob todos os aspectos, a verificação do Poder Judiciário.
- D) há irregularidade, tendo em vista que o convênio se presta a ajuste de vontades convergentes, mas não admite o estabelecimento de atribuições materiais para as partes que envolvam efetivo desembolso por estas em função de contratações paralelas.
- E) a licitação de eventuais obras deve ser feita pela Administração direta central, vedado que o seja pelos entes da Administração indireta, em razão da maior hígidez financeira e como forma de garantir o cumprimento do plano de trabalho anexo ao instrumento.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Parcerias Público-Privada

Fonte: ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO - TÉCNICO DO TESOUREO MUNICIPAL / Pref. Teresina/PI / 2016 / FCC

Q41.

No que concerne às parcerias público-privadas, especificamente às características da concessão patrocinada, considere:

I. A contribuição do parceiro público não pode ser superior a 70% da remuneração total a ser recebida pelo parceiro privado, a menos que haja autorização legislativa específica.

II. Outorga de prerrogativas públicas ao parceiro privado.

III. Sujeição do parceiro privado aos princípios inerentes à prestação de serviços públicos, como, por exemplo, a mutabilidade.

IV. Impossibilidade de aplicação de penalidades à Administração pública em caso de inadimplemento contratual.

Está correto o que consta APENAS em

- A) I e IV.
- B) I e II.
- C) III.
- D) I, II e III.
- E) IV.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Controle da Administração / Administrativo

Fonte: ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO - JURÍDICA / TCE/AP / 2012 / FCC

Q42.

Um município do Estado do Amapá realizou certame licitatório para o fornecimento parcelado de cestas básicas ao setor da Assistência Social, sagrando-se vencedora empresa sediada no Estado de São Paulo. A competência para a fiscalização do procedimento licitatório e da execução contratual cabe ao

- A) Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.
- B) Tribunal de Contas do Estado do Amapá.
- C) Tribunal de Contas do Estado do Amapá quanto à licitação e Tribunal de Contas do Estado de São Paulo em relação à execução contratual.
- D) Tribunal de Contas da União, uma vez que envolve mais de um Estado da Federação.
- E) Tribunal de Contas do Estado do Amapá e Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conjunto.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Controle da Administração / Legislativo

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 24ª / 2017 / FCC

Q43.

Considere duas situações hipotéticas:

I. o Congresso Nacional decide apurar a legalidade de ato administrativo praticado pelo presidente de autarquia federal;

II. o Congresso Nacional anulou ato normativo do Poder Executivo que exorbitou do poder regulamentar.

No que concerne ao controle legislativo, especificamente ao controle político exercido pelo Poder Legislativo sobre a Administração pública,

- A) ambas as hipóteses estão corretas.
- B) ambas as hipóteses estão incorretas, pois extrapolam os limites do controle legislativo exercido sobre os atos da Administração pública.
- C) está correta apenas a primeira hipótese; no item II, cabe ao Congresso tão somente sustar atos normativos do Executivo que exorbitem do poder regulamentar.
- D) está correta apenas a segunda hipótese; no item I, compete exclusivamente ao Congresso Nacional fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer das Casas, os atos do Poder Executivo, não abrangendo, no entanto, a administração indireta.
- E) ambas as hipóteses estão incorretas, pois foram citadas atribuições exclusivas do Senado Federal no exercício do controle legislativo.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Controle da Administração / Judicial

Fonte: TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR - ANALISTA DE GESTÃO PÚBLICA / Pref. Teresina/PI / 2016 / FCC

Q44.

Concernentes ao controle judicial, considere:

I. Alguns atos da Administração pública não podem ser examinados pelo Poder Judiciário, como, por exemplo, os gerais e os unilaterais.

II. Haverá invasão do mérito do ato administrativo, quando o Poder Judiciário apreciar os motivos de tal ato, isto é, os fatos que precederam a elaboração do ato.

III. Os Regimentos dos órgãos públicos, em regra, não são apreciados pelo Poder Judiciário, exceto se ferirem direitos individuais e coletivos.

Está correto o que consta em

- A) II, apenas.
- B) I, II e III.
- C) I, apenas.
- D) III, apenas.
- E) II e III, apenas.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Intervenção do Estado sobre a propriedade privada

Fonte: DEFENSOR PÚBLICO / DPE/SP / 2010 / FCC

Q45.

O ato da Administração Pública declarando como de utilidade pública ou de interesse social a desapropriação de determinado imóvel NÃO tem como efeito

- A) iniciar a contagem do prazo legal para a verificação da caducidade do ato.
- B) permitir às autoridades competentes adentrar no prédio objeto da declaração.
- C) demonstrar o posterior interesse na transferência da propriedade do imóvel.
- D) indicar o estado em que se encontra o imóvel, para fins de futura indenização.
- E) proibir a obtenção de licença para o proprietário efetuar obras no imóvel.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Bens públicos / Caracterização, titularidade, regime jurídico, aquisição, alienação e utilização dos bens públicos pelos particulares

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO / TRE/SP / 2012 / FCC

Q46.

Os bens públicos podem ser classificados, de acordo com a sua destinação, como bens

- A) de uso especial aqueles de domínio privado do Estado e que não podem ser gravados com qualquer espécie de afetação.
- B) de uso especial aqueles utilizados por particular mediante concessão ou permissão de uso.
- C) de uso comum do povo aqueles afetados a determinado serviço público, tais como os edifícios onde se situam os órgãos públicos.
- D) dominicais aqueles destinados à fruição de toda a coletividade e que não podem ser alienados ou afetados à atividade específica.
- E) dominicais aqueles de domínio privado do Estado, não afetados a uma finalidade pública e passíveis de alienação.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Administrativo / Responsabilidade extracontratual do Estado

Fonte: TÉCNICO ÁREA ADMINISTRATIVA / DPE/RS / 2017 / FCC

Q47.

A responsabilidade extracontratual do Estado é estabelecida diante do preenchimento de alguns requisitos e pode ser imposta

- A) às pessoas jurídicas integrantes da Administração indireta, que respondem objetivamente pelos danos que seus agentes causarem a terceiros, independentemente das atividades que desenvolvem e de se tratar de atos comissivos ou omissivos.
- B) às pessoas jurídicas de direito público, respondendo subjetivamente nos casos de atos comissivos lícitos e nos casos de atos omissivos lícitos.
- C) aos entes públicos e concessionários de serviço público, não abrangendo as permissionárias de serviço público em razão do vínculo de delegação ter natureza de ato, não de contrato.
- D) às pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público, que respondem sob a modalidade objetiva diante da demonstração de nexos de causalidade entre a atuação de seus agentes e os danos causados a terceiros, que também demandam comprovação.
- E) aos entes públicos e aos privados que mantenham vínculo funcional ou contratual com a Administração pública e, em razão dele, recebam repasse de dinheiro público, o que lhes obriga a reparar eventuais danos causados a terceiro, sob a modalidade objetiva.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Princípios Fundamentais da Constituição Brasileira

Fonte: AGENTE DE APOIO LEGISLATIVO / Assembleia Legislativa/MS / 2016 / FCC

Q48.

Nos termos da Constituição Federal, a República Federativa do Brasil tem como um de seus fundamentos

- A) a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.
- B) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- C) constituir uma sociedade livre, justa e solidária.
- D) o repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- E) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Direitos e Garantias Fundamentais / Direitos e Deveres Individuais e Coletivos

Fonte: TÉCNICO ÁREA ADMINISTRATIVA / DPE/RS / 2017 / FCC

Q49.

Em rede social da internet uma pessoa publicou mensagem acusando outra de ter praticado atos de corrupção. A acusada sentiu-se moralmente ofendida e obteve êxito em comprovar, judicialmente, que a imputação de prática de crime era falsa, tendo sido divulgada por motivo de vingança pessoal. Em casos como este, ficando comprovados os danos sofridos e a responsabilidade do autor da ofensa, a Constituição Federal garante ao ofendido o direito de

- A) resposta, proporcional ao agravo sofrido, sem prejuízo de indenização por danos morais e materiais.
- B) ajuizar ação popular para que o ofensor seja condenado a reparar os danos morais e materiais causados.

- C) impetrar mandado de injunção para que o ofensor seja obrigado a retirar a mensagem da internet, sem prejuízo de indenização por danos morais e materiais.
- D) impetrar mandado de segurança contra o ato que violou seu direito líquido e certo de não ter sua honra violada.
- E) ajuizar, perante o Tribunal de Justiça, ação direta de inconstitucionalidade contra o ato que violou seu direito à honra.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Direitos e Garantias Fundamentais / Direitos Sociais

Fonte: TÉCNICO ÁREA ADMINISTRATIVA / DPE/RS / 2017 / FCC

Q50.

A Constituição Federal assegura aos trabalhadores em geral, mas não aos servidores públicos ocupantes de cargo público, o direito

- A) à garantia do salário mínimo.
- B) ao décimo terceiro salário.
- C) à participação nos lucros ou resultados.
- D) ao repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos.
- E) ao gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Direitos e Garantias Fundamentais / Nacionalidade

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 24ª / 2017 / FCC

Q51.

Cravo Carvalho, 50 anos de idade, é brasileiro naturalizado, brilhante advogado com seis livros publicados e mais de quinze anos de efetiva atividade profissional, com notável saber jurídico e reputação ilibada. De acordo com a Constituição Federal, Cravo Carvalho poderá ocupar cargo de

- A) Ministro de Estado da Defesa.
- B) Oficial das Forças Armadas.
- C) Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- D) Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- E) Presidente do Senado Federal.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Direitos e Garantias Fundamentais / Dos Direitos Políticos

Fonte: TÉCNICO ÁREA ADMINISTRATIVA / DPE/RS / 2017 / FCC

Q52.

As manifestações populares nas vias públicas, sob a forma de passeatas, para expressar, por exemplo, protestos políticos ou defesa de direitos, têm, em tese, amparo em algumas normas sobre direitos fundamentais acolhidas na Constituição Federal, dentre as quais a que prevê

- A) liberdade de manifestação de pensamento, que não poderá ser exercida em relação a temas previamente vedados pela autoridade judicial competente para o exercício da censura.
- B) liberdade de locomoção, a qual, nos termos da Constituição, tem preferência quando exercida por pedestres em relação à locomoção por meio de veículos automotores.
- C) liberdade de consciência, devendo, no entanto, os organizadores da manifestação comunicar previamente à autoridade pública a ideologia a ser defendida pelos manifestantes.
- D) habeas corpus, para garantir a liberdade de ir e vir, devendo ser impetrado pela organização da passeata previamente à sua convocação.
- E) liberdade de reunião, a qual deve ser exercida sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustre outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido aviso prévio à autoridade competente.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Fonte: ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO - TÉCNICO DO TESOIRO MUNICIPAL / Pref. Teresina/PI / 2016 / FCC

Q53.

São vários os princípios constitucionais aplicáveis à Administração pública, mas são apenas cinco os que estão expressos e são específicos em relação ao tema. São eles:

- A) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- B) legalidade, independência, moralidade, probidade e eficiência.
- C) discricionariedade, publicidade, igualdade, efetividade e independência.
- D) discricionariedade, igualdade, probidade, independência e efetividade.
- E) legalidade, igualdade, moralidade, probidade e efetividade.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Administração Pública / Dos Servidores Públicos

Fonte: TÉCNICO ÁREA ADMINISTRATIVA / DPE/RS / 2017 / FCC

Q54.

Determinado Estado editou lei estabelecendo seu regime de pessoal, na qual consta a possibilidade de certos cargos públicos, ditos em comissão, serem preenchidos sem concurso público, sendo eles restritos a certas atribuições de direção, chefia e assessoramento. A lei estabeleceu, ainda, que um percentual desses cargos deve ser reservado para servidores de carreira. Por fim, previu que servidores ocupantes de cargos em comissão possam exercer certas funções de confiança. Considerando os elementos assim apresentados, a lei em questão

- A) está de acordo com a Constituição Federal.
- B) viola a Constituição Federal, pois cargos em comissão só existem no âmbito da União.
- C) viola a Constituição Federal, pois não é cabível atribuir ao cargo em comissão as funções de assessoramento, mas apenas as de direção e chefia.
- D) viola a Constituição Federal, pois reservou percentual dos cargos em comissão para servidores de carreira.
- E) viola a Constituição Federal, pois previu que os ocupantes de cargo em comissão possam exercer funções de confiança.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Organização dos Poderes / Conceito de Poder: Separação, Independência; Harmonia

Fonte: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO À REGULAÇÃO DE TRANSPORTE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO / ARTESP / 2017 / FCC

Q55.

Considere a seguinte situação hipotética: o Presidente da República, no lapso temporal de cinco dias, praticou três atos distintos: (i) representou o Brasil na sua relação internacional com outro Estado estrangeiro, praticando, assim, ato de chefia de Estado; (ii) editou medida provisória com força de lei; (iii) julgou processo administrativo disciplinar. Constitui(em) função típica do Poder Executivo:

- A) apenas o primeiro ato.
- B) nenhum dos atos.
- C) os três atos.
- D) apenas o terceiro ato.
- E) o primeiro e o terceiro atos.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Poderes do Estado / Poder Legislativo

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRE/PR / 2017 / FCC

Q56.

Resolução editada por Assembleia Legislativa determinou que os Deputados estaduais passarão a receber remuneração em valor idêntico ao percebido pelos Ministros do Supremo Tribunal Federal – STF. A matéria

- A) não pode ser objeto de Resolução, uma vez que cabe à lei, de iniciativa da Assembleia Legislativa, dispor sobre a remuneração dos Deputados estaduais, podendo ser equivalente à remuneração dos Ministros do STF, que configura o limite remuneratório máximo para o serviço público.
- B) não pode ser objeto de Resolução, uma vez que cabe à lei, de iniciativa da Assembleia Legislativa, dispor sobre a remuneração dos Deputados estaduais, devendo ser equivalente à remuneração do Governador, que configura o limite remuneratório máximo para o serviço público estadual.
- C) pode ser objeto de Resolução, uma vez que cabe à Assembleia Legislativa, por ato interno, dispor sobre a remuneração dos Deputados estaduais, podendo ser equivalente à remuneração dos Ministros do STF, que configura o limite remuneratório máximo para o serviço público.
- D) pode ser objeto de Resolução, uma vez que cabe à Assembleia Legislativa, por ato interno, dispor sobre a remuneração dos Deputados estaduais, que, todavia, apenas poderá ser equivalente à remuneração dos Deputados federais, e não à remuneração dos Ministros do STF.
- E) não pode ser objeto de Resolução, uma vez que cabe à lei, de iniciativa da Assembleia Legislativa, dispor sobre a remuneração dos Deputados estaduais, que, todavia, poderá ser, no máximo, setenta e cinco por cento daquele estabelecido, em espécie, para os Deputados Federais.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Poderes do Estado / Poder Executivo

Fonte: TÉCNICO ÁREA ADMINISTRATIVA / DPE/RS / 2017 / FCC

Q57.

Consta da Constituição Federal a competência privativa do Presidente da República para, por decreto, dispor sobre organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos. Isso significa que decreto que trate dessa temática, sem aumentar despesa nem criar ou extinguir órgãos públicos, é, em relação ao fim a que se destina,

- A) necessário, mas não suficiente, pois sempre deverá existir uma lei que lhe seja anterior.
- B) necessário, mas não suficiente, pois deverá ser posteriormente submetido à apreciação do Poder Legislativo, de modo similar às medidas provisórias.
- C) necessário, mas não suficiente, pois deverá ser posteriormente submetido à ratificação do Poder Judiciário, mediante controle de constitucionalidade.
- D) necessário, mas não suficiente, pois deverá ser posteriormente submetido à ratificação do Tribunal de Contas da União.
- E) necessário e suficiente.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Poderes do Estado / Poder Judiciário / Disposições Gerais

Fonte: TÉCNICO ÁREA ADMINISTRATIVA / DPE/RS / 2017 / FCC

Q58.

A Constituição Federal prescreve que serão criados juizados especiais

- A) competentes para as infrações penais de menor potencial ofensivo, devendo o julgamento de recursos contra as sentenças ser realizado por turmas de juízes de segundo grau.
- B) competentes para as infrações penais de menor potencial ofensivo, vedando a transação em processos criminais.
- C) vinculados aos tribunais estaduais, vedando a criação de juizados especiais federais para o julgamento de causas em que a União seja parte.
- D) que poderão ser integrados por juízes togados, ou togados e leigos, competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo.
- E) que poderão ser integrados por cidadãos eleitos pelo voto direto, universal e secreto, aos quais foi garantida a vitaliciedade.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Organização do Estado / Da organização político-administrativa

Fonte: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO à REGULAÇÃO DE TRANSPORTE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO / ARTESP / 2017 / FCC

Q59.

Considere:

- I. O Presidente da República exerce o papel de Chefe de Estado e de Chefe de Governo.
- II. Os Ministros são auxiliares do Chefe do Executivo e demissíveis por ele a qualquer momento.
- III. O Presidente da República tem longa participação no processo legislativo.
- IV. O povo é quem elege, direta ou indiretamente, o Chefe do Executivo para o cumprimento de um mandato.

No que concerne às características do presidencialismo, está correto o que consta APENAS em

- A) I e III.
- B) II.
- C) I, II e III.
- D) III e IV.
- E) I, II e IV.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Organização do Estado / Da União

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA / TRE/PB / 2015 / FCC

Q60.

Dentre as hipóteses elencadas, NÃO constitui, como regra, bem da União:

- A) O rio que sirva de fronteira entre Estados-membros.
- B) O recurso mineral concentrado em um único Estado-membro.
- C) A cavidade natural subterrânea situada na área de um único Estado-membro.
- D) O sítio arqueológico situado em determinado Município.
- E) A ilha costeira que seja sede de Município.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Organização do Estado / Dos Estados federados; do Distrito Federal e dos Territórios

Fonte: ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO - TÉCNICO DO TESOURO MUNICIPAL / Pref. Teresina/PI / 2016 / FCC

Q61.

Considere, por hipótese, a incorporação dos Estados do Piauí e do Maranhão para formarem um novo Estado, o Piauíão. Para que isso viesse a ocorrer validamente seria necessário que houvesse

- A) aprovação das Assembleias Legislativas do Piauí e do Maranhão por ato conjunto e do Congresso Nacional por Lei Complementar.
- B) aprovação da população brasileira através de plebiscito e do Congresso Nacional por Emenda à Constituição Federal.
- C) aprovação da população diretamente interessada dos dois Estados através de plebiscito e do Congresso Nacional, por meio de Lei Complementar.
- D) aprovação exclusiva do Congresso Nacional por Lei Complementar.
- E) Emenda à Constituição Federal, que não prevê esta hipótese.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Organização do Estado / Dos Municípios

Fonte: TÉCNICO ÁREA ADMINISTRATIVA / DPE/RS / 2017 / FCC

Q62.

Como regra, na Federação Brasileira a União, os Estados, Distrito Federal e os Municípios são todos considerados entes autônomos. Isso não impede, no entanto, que a mesma Constituição Federal estabeleça diferenças de regimes jurídicos entre eles. É exemplo dessas diferenças

- A) os Municípios não terem competência para prestar serviços públicos próprios.
- B) as contas municipais não estarem sujeitas à fiscalização de Tribunal de Contas.
- C) os Municípios não possuírem competências legislativas próprias.
- D) os Municípios não possuírem Poder Judiciário, nem mesmo de primeira instância.
- E) os Municípios poderem arrecadar, mas não instituir tributos próprios.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Organização do Estado / Da Intervenção

Fonte: TÉCNICO DA RECEITA ESTADUAL - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO / SEFAZ - SEGE/MA / 2016 / FCC

Q63.

A intervenção da União nos Municípios localizados em territórios federais NÃO poderá ocorrer em caso de

- A) não ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada.
- B) não serem prestadas as contas devidas, na forma da lei.
- C) não ter sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.
- D) o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios dar provimento a representação para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.
- E) necessidade de pôr termo a grave comprometimento da ordem pública.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Do Processo Legislativo

Fonte: TÉCNICO ÁREA ADMINISTRATIVA / DPE/RS / 2017 / FCC

Q64.

Defensoria Pública de certo Estado da Federação pretende que seja aumentada a remuneração dos Defensores Públicos. Para alcançar seu objetivo deverá

- A) propor ao Governador que encaminhe à Assembleia Legislativa projeto de lei nesse sentido.
- B) propor ao Defensor Público Geral da União que encaminhe ao Congresso Nacional projeto de lei nesse sentido.
- C) propor ao Tribunal de Justiça que encaminhe à Assembleia Legislativa projeto de lei nesse sentido.
- D) propor diretamente à Assembleia Legislativa do Estado projeto de lei nesse sentido.
- E) editar resolução nesse sentido, independentemente de lei criando os cargos e aumentando a remuneração.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Da Tributação e do Orçamento / Do Sistema Tributário Nacional

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - CONTABILIDADE / TRT 15ª / 2013 / FCC

Q65.

A união NÃO pode instituir tributos que

- A) deem isenções a tributos da competência dos Estados.
- B) incidam sobre importação de produtos estrangeiros.
- C) incorram sobre a propriedade territorial rural.
- D) recaiam sobre operações de crédito, câmbio e seguro.
- E) fixem alíquotas diferenciadas para desestimular propriedades improdutivas.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Da Tributação e do Orçamento / Das Finanças Públicas

Q66.

Segundo a Constituição Federal de 1988, no processo de orçamentação seriam vedados, EXCETO:

- A) o início de programas ou projetos não incluídos na Lei Orçamentária Anual e a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais.
- B) a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais e a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.
- C) o início de programas ou projetos não incluídos na Lei Orçamentária Anual e a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.
- D) a compra ou venda de títulos de emissão do tesouro nacional pelo banco central, mesmo com o objetivo de regular a oferta de moeda ou a taxa de juros e a realização de depósito das eventuais disponibilidades de caixa da união no banco central.
- E) a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa e a concessão ou utilização de créditos ilimitados.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Da Ordem Econômica e Financeira / Princípios Gerais da Atividade Econômica

Fonte: ANALISTA EM GESTÃO PREVIDENCIÁRIA / SPPREV / 2012 / FCC

Q67.

De acordo com os artigos 173 e 175 da Constituição Federal, pode-se concluir que quanto ao tipo de atividade e ao regime jurídico existem modalidades de empresas estatais, as que, com base no artigo

- A) 175, submetem-se ao regime próprio das empresas privadas e as que, com base no artigo 173, desempenham serviços públicos.
- B) 173, exploram serviços sob a forma de concessão ou permissão e as que, com base no artigo 175, exploram diretamente atividade econômica.
- C) 173, realizam licitação para exploração do serviço público e as que, com base no artigo 175, possuem caráter especial e não gozam de privilégios fiscais.
- D) 173, submetem-se ao regime próprio das empresas privadas e as que, com base no artigo 175, desempenham serviços públicos.
- E) 173, são criadas exclusivamente para cumprir atribuição direta do Estado e as que, com base no artigo 175, são criadas para exercer atividade econômica de natureza privada.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Controle de Constitucionalidade / Vício e sanção de inconstitucionalidade

Fonte: TÉCNICO ÁREA ADMINISTRATIVA / DPE/RS / 2017 / FCC

Q68.

É incompatível com a Constituição Federal lei que organize a Defensoria Pública e

- A) atribua-lhe competência para apresentar sua proposta orçamentária.
- B) proíba os Defensores Públicos de exercerem advocacia fora de suas atribuições institucionais.
- C) determine a subordinação administrativa da Defensoria Pública à Secretaria de Estado vinculada à estrutura do Poder Executivo.
- D) garanta aos Defensores Públicos independência funcional e inamovibilidade.
- E) atribua-lhe competência para atuar extrajudicialmente em defesa dos necessitados que comprovarem insuficiência de recursos.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Controle de Constitucionalidade / Modalidades de controle; efeitos subjetivos e temporais de declaração de inconstitucionalidade e de constitucionalidade

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO ÁREA JUDICIÁRIA / TST / 2012 / FCC

Q69.

Renato ajuizou ação de indenização contra Pedro, julgada procedente em primeiro grau e confirmada pelo Tribunal de Justiça. Interposto Recurso Especial pelo demandado, cujo processamento é admitido, o Superior Tribunal de Justiça declarou a inconstitucionalidade da lei que fundamenta a demanda, que é assim julgada improcedente. Tem-se, no caso, exercício de controle da constitucionalidade

- A) abstrato.
- B) difuso.

- C) concentrado.
- D) transverso.
- E) coletivo.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Controle de Constitucionalidade / Ação direta de constitucionalidade

Fonte: Técnico Judiciário - Área Administrativa / TRE/PR / 2017 / FCC

Q70.

De acordo com a disciplina constitucional a respeito da súmula vinculante e do julgamento da ação direta de inconstitucionalidade,

- A) apenas pelo voto da maioria absoluta de seus membros o Supremo Tribunal Federal poderá aprovar súmula vinculante e declarar, em ação direta de inconstitucionalidade, a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual.
- B) os legitimados para ajuizar, perante o Supremo Tribunal Federal, ação direta de inconstitucionalidade, também são legitimados para propor a aprovação de súmula vinculante pelo mesmo Tribunal.
- C) ambos os atos podem ser praticados pelo Supremo Tribunal Federal e pelos Tribunais de Justiça dos Estados.
- D) ambos os atos produzem efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário, aos órgãos do Poder Legislativo e à Administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
- E) a prática de ambos os atos tem como pressuposto constitucional a existência de grave insegurança jurídica e a relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Controle de Constitucionalidade / Ação declaratória de constitucionalidade

Fonte: Analista Judiciário - Área Judiciária / TRT 9ª / 2013 / FCC

Q71.

No tocante à Ação Declaratória de Constitucionalidade, considere:

- I. Pode ser proposta por Confederação Sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.
- II. O Procurador-Geral da República e a Mesa da Câmara dos Deputados têm legitimidade ativa para a sua propositura.
- III. Tem a finalidade principal de transformar a presunção relativa de constitucionalidade em presunção absoluta, em razão dos seus efeitos vinculantes.
- IV. Pode ter como objeto a lei ou ato normativo federal ou estadual que se pretenda declarar constitucional.

Está correto APENAS o que se afirma em

- A) I, II e IV.
- B) I e III.
- C) II e III.
- D) I, II e III.
- E) III e IV.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Direito Constitucional / Controle de Constitucionalidade / Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

Fonte: Técnico da Receita Estadual - Tecnologia da Informação / SEFAZ - SEGEP/MA / 2016 / FCC

Q72.

Não será admitida arguição de descumprimento de preceito fundamental quando houver qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade. Essa norma, constante do § 1º do art. 4º da Lei nº 9.882/99, consagra, segundo o entendimento doutrinário sobre o tema, o princípio

- A) do esgotamento das vias recursais.
- B) da subsidiariedade.
- C) da eficácia das ações constitucionais.
- D) da primazia do controle difuso.

- E) da objetividade do controle abstrato.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Administração / Principais funções da administração: planejamento, organização, direção e controle

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 24ª / 2017 / FCC

Q73.

O processo organizacional compreende, entre as funções do administrador, aquelas consistentes em medir e corrigir o desempenho dos subordinados para assegurar que os objetivos e metas da organização sejam atingidos. Trata-se da atividade de

- A) controle.
- B) planejamento.
- C) direção.
- D) comunicação.
- E) organização.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Administração / Avaliação de Desempenho

Fonte: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO À REGULAÇÃO DE TRANSPORTE - TÉCNICO EM CONTABILIDADE/ADMINISTRAÇÃO / ARTESP / 2017 / FCC

Q74.

Os objetivos e indicadores da perspectiva do cliente, a serem atendidos por processos excelentes de gestão operacional, podem ser extraídos do seguinte quadro:

Coluna	Objetivos	Coluna	Indicadores
1	Reduzir os custos dos clientes	W	<ul style="list-style-type: none"> - Número e porcentagem de queixas dos clientes - Número de consertos sob garantia e em visitas de campo
2	Entregar aos clientes serviços com zero defeitos	X	<ul style="list-style-type: none"> - Prazo de entrega para a cliente - Porcentagem de pedidos perfeitos
3	Entregas pontuais	Y	<ul style="list-style-type: none"> - Preço, em comparação com o dos concorrentes - Rentabilidade dos clientes com os produtos e serviços da empresa
4	Oferta de portfólio excelente	Z	<ul style="list-style-type: none"> - Índice de ofertas de serviços que meça a porcentagem de atendimento das necessidades dos clientes - Porcentagem de faltas nos estoques

A correlação correta entre as colunas é:

- A) 1Y; 2W; 3X; 4Z.
- B) 1Z; 2W; 3X; 4Y.
- C) 1Y; 2X; 3W; 4Z.
- D) 1W; 2Z; 3Y; 4X.
- E) 1Z; 2X; 3W; 4Y.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Administração / Planejamento Organizacional: planejamento estratégico, tático e operacional

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 23ª / 2016 / FCC

Q75.

A atuação da Administração pública vem sendo, cada vez mais, pautada e avaliada por critérios de eficiência, eficácia e efetividade. Nesse contexto, considere:

I. Uma ação administrativa é considerada eficiente quando contempla o uso racional e econômico de insumos para sua consecução.

II. A efetividade de uma ação administrativa depende do nível de atingimento das metas estabelecidas internamente e não, necessariamente, de seus efeitos externos.

III. A eficácia de uma ação administrativa corresponde ao grau máximo de sucesso da referida ação, consistente na satisfação das necessidades da sociedade em relação àquela demanda.

Esta correto o que consta APENAS em

- A) II e III.
- B) II.
- C) III.
- D) I e III.
- E) I.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Administração / Modelos teóricos de Administração Pública / Patrimonialista, burocrático e gerencial

Fonte: ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO - TÉCNICO DO TESOUREO MUNICIPAL / Pref. Teresina/PI / 2016 / FCC

Q76.

Um dos marcos significativos que pode ser apontado no processo de evolução histórica da Administração pública no Brasil corresponde à criação do Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP, o qual

- A) representou o modelo patrimonialista vigente à época, pautado pelo clientelismo.
- B) ficou responsável pela implantação do modelo gerencial.
- C) teve como missão a modernização da Administração ao influxo do modelo burocrático.
- D) objetivou implantar o Plano Nacional de Desburocratização e a descentralização administrativa.
- E) decorreu da implantação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, representando sua dimensão institucional.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Administração / Qualidade na Administração Pública

Fonte: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO à REGULAÇÃO DE TRANSPORTE - TÉCNICO EM CONTABILIDADE/ADMINISTRAÇÃO / ARTESP / 2017 / FCC

Q77.

Os serviços de certa autarquia pública podem ser mal avaliados por seus usuários por conta de uma discrepância entre expectativa e entrega. Caso isso ocorra por conta da percepção da qualidade do serviço pelo usuário, sua origem pode ser:

- I. Memória seletiva: lembrando apenas o que mais agrada e pretende alcançar como objetivos pessoais.
- II. Retenção seletiva: esquecendo apenas o que é relevante para as necessidades e as crenças.

III. Filtragem seletiva: apenas percebendo o que é relevante para as necessidades atuais.

IV. Distorção seletiva: modificando e buscando informações que apoiam as crenças e os preconceitos pessoais.

Está correto o que consta APENAS em

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) II e IV.
- D) III e IV.
- E) II e III.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Administração / Cultura organizacional

Fonte: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO à REGULAÇÃO DE TRANSPORTE - TÉCNICO EM CONTABILIDADE/ADMINISTRAÇÃO / ARTESP / 2017 / FCC

Q78.

As organizações desenvolvem culturas complexas que influenciam os padrões de comportamento de seus funcionários. Há cinco elementos na cultura:

Coluna	Elementos na Cultura	Coluna	Definições
1	Ambiente Organizacional	W	- Conceitos e crenças básicas e padrões de sucesso
2	Valores	X	- Personificação dos valores da cultura
3	Heróis	Y	- Lugar da organização na sociedade
4	Ritos e Rituais	Z	- Transportador dos valores e da mitologia heroica da organização
5	Rede Cultural	V	- Rotinas sistemáticas e programadas que regem a organização

A correlação correta entre as colunas é:

- A) 1Y; 2W; 3X; 4V; 5Z.
- B) 1Z; 2W; 3X; 4Y; 5V.
- C) 1Y; 2X; 3V; 4Z; 5W.
- D) 1W; 2Z; 3V; 4X; 5Y.
- E) 1Z; 2V; 3W; 4Y; 5X.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Administração / Motivação

Fonte: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO à REGULAÇÃO DE TRANSPORTE - TÉCNICO EM CONTABILIDADE/ADMINISTRAÇÃO / ARTESP / 2017 / FCC

Q79.

Considere os pressupostos abaixo:

1. O ser humano médio tem uma aversão inerente ao trabalho e, se for possível, evita-o.

2. A maioria das pessoas precisa ser coagida, controlada, dirigida e ameaçada com punições para fazer o esforço adequado ao atingimento dos objetivos organizacionais.

3. O ser humano médio prefere ser dirigido, deseja fugir às responsabilidades, tem relativamente pouca ambição e coloca a segurança acima de tudo.

Tais pressupostos estão associados ao conjunto de crenças gerenciais denominada Teoria

- A) da Equidade.
- B) X.
- C) Y.
- D) Z.
- E) das Necessidades.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Administração / Liderança

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 24ª / 2017 / FCC

Q80.

Os estudos sobre liderança contemplam as denominadas Teorias Situacionais, entre as quais o Modelo de Fiedler, segundo o qual

- A) a liderança deve ser baseada na troca, cabendo ao líder participativo o atendimento das necessidades dos subordinados.
- B) a eficácia da liderança depende da adequação do estilo do líder com o grau de maturidade dos subordinados.
- C) a liderança deve ser diretiva, cabendo ao líder deixar claro o que espera dos subordinados, propondo ações claras e objetivas.
- D) a eficácia gerencial está atrelada à manipulação correta da situação e não ao estilo ou personalidade do líder.
- E) o desempenho eficaz do grupo depende da combinação adequada entre o estilo de liderança do líder com os subordinados e o grau em que a situação dá o controle e a influência para o líder.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Administração / Governança e accountability em Organizações Públicas

Fonte: TÉCNICO OPERACIONAL SEGURANÇA DO TRABALHO / COPERGÁS / 2016 / FCC

Q81.

Atenção: As questões referem-se ao conteúdo de Ética e Responsabilidade na Gestão Pública.

A expressão Accountability, que passou a ser muito aplicada no âmbito da Administração pública ao influxo da implementação do modelo gerencial diz respeito a

- A) instrumentos de mensuração da vontade da sociedade.
- B) mecanismos de obtenção da participação popular.
- C) estratégias de redução de custos e melhoria do serviço público.
- D) medidas de controle de gastos e responsabilidade fiscal.
- E) prestação de contas e responsabilização dos agentes públicos.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Administração / Orçamento Público / Conceitos e princípios orçamentários

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - CONTABILIDADE / TRT 11ª / 2017 / FCC

Q82.

Sobre os princípios orçamentários, é correto afirmar que o princípio

- A) do orçamento bruto determina que, na lei orçamentária, deverá existir equilíbrio entre os montantes totais de receitas e despesas.
- B) da universalidade estabelece que devem constar na lei orçamentária todas as receitas e todas as despesas.
- C) do equilíbrio orçamentário estabelece que tanto as receitas quanto as despesas devem ser apresentadas pelos seus valores totais, sem deduções ou compensações.
- D) da anualidade estabelece a inexistência de orçamentos paralelos dentro de uma mesma esfera de governo.
- E) da periodicidade estabelece que é vedada a inclusão de assuntos não relacionados à previsão de receita e à fixação de despesas nas leis orçamentárias, isto é, são vedadas as caudas orçamentárias.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Administração / Orçamento segundo a Constituição federal de 1988 / Plano Plurianual – PPA

Fonte: TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA / TRT 11ª / 2017 / FCC

Q83.

O gestor de uma entidade do Poder Judiciário Federal

- A) pode propor emendas à Lei Orçamentária Anual, desde que indique que os recursos necessários serão provenientes de operações de crédito.
- B) pode encaminhar a Lei Orçamentária Anual referente ao Poder Judiciário destacadamente da Lei Orçamentária Anual do Poder Executivo para aprovação pelo Poder Legislativo.
- C) pode realizar a despesa orçamentária com construção de um prédio, cujo prazo de execução é superior a dois anos, desde que compatível com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- D) deve inserir um dispositivo com a autorização para a abertura de créditos adicionais especiais e para a contratação de operação de crédito por antecipação da receita orçamentária na Lei Orçamentária Anual.
- E) deve abrir créditos adicionais extraordinários para reforçar uma dotação já existente para despesas com Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Administração / Orçamento segundo a Constituição federal de 1988 / Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - CONTABILIDADE / TRT 11ª / 2017 / FCC

Q84.

Sobre Administração Financeira e Orçamentária é correto afirmar que:

- A) a Lei Orçamentária Anual (LOA) é o elo entre o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
- B) a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), deve dispor, entre outros fatores, sobre os critérios e formas de limitação de empenho.
- C) a Lei Orçamentária Anual (LOA) deverá conter os Anexos de Metas e Riscos Fiscais.
- D) o Orçamento Fiscal é composto pelas despesas com saúde, previdência social e assistência social vinculadas a entidades e órgãos da administração direta e indireta e a empresas públicas.
- E) a abertura de créditos adicionais suplementares fere o princípio orçamentário da exclusividade.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Administração / Orçamento segundo a Constituição federal de 1988 / Lei Orçamentária Anual – LOA

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ESPECIALIDADE CONTABILIDADE / TRT 20ª / 2016 / FCC

Q85.

Para o exercício de 2016, determinado ente público estimou as receitas e fixou as despesas, no valor de R\$ 8.648.788.500. Com relação à Lei Orçamentária Anual é correto afirmar:

- A) É vedado consignar crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada, exceto para as despesas de caráter continuado.
- B) O envio do projeto de lei ao Congresso Nacional é de competência do Presidente da República, apenas, para o orçamento do Poder Executivo.
- C) É permitida, nos casos de despesas imprevistas, a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.

- D) Compreenderá, o anexo de metas fiscais elaborado pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.
- E) As receitas orçamentárias pertencem ao Estado, integram o patrimônio do Poder Público, aumentam-lhe o saldo financeiro e, via de regra, estão previstas na LOA.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Noções de Administração / Administração e fluxo de processos

Fonte: ANALISTA ADMINISTRAÇÃO / DPE/RS / 2017 / FCC

Q86.

Ao adotar metodologia de gestão por processos, um dos conceitos básicos que se coloca para a organização é a identificação do grau de maturidade de seus processos. De acordo com a classificação proposta pela Society for Design and Process Science – SDPS, o nível mais avançado de maturidade corresponde aos denominados processos

- A) interoperados, executados e geridos com elevado grau de conhecimento das equipes envolvidas e minimização de riscos e efeitos indesejados.
- B) padronizados, a partir da adoção de manuais e metodologias aplicadas por equipes externas de consultoria especializada.
- C) modelados, quando ocorre a importação, pela organização, de modelos de processos cuja eficiência e eficácia são consagradas.
- D) emulados, que replicam, no âmbito interno da organização, as melhores práticas identificadas no mercado, utilizando o conceito de benchmarking.
- E) gerenciados, baseados no conceito de workflows, decorrentes do mapeamento e aprimoramento do fluxo dos processos repetitivos da organização.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Noções de Administração / Licitações e Contratos administrativos (Lei nº 8.666/1993 atualizada) / Conceito, finalidade, princípios, objeto

Fonte: TÉCNICO ÁREA ADMINISTRATIVA / DPE/RS / 2017 / FCC

Q87.

A aplicação do princípio da igualdade nas licitações dá-se nas diversas fases e incide sob diferentes aspectos em relação aos envolvidos no certame, em razão do que

- A) não se admite restrição de interessados ou a imposição de condições à participação nos procedimentos de licitação, que devem concorrer em igualdade de condições para apresentação de propostas.
- B) o princípio da competitividade deve ser compatibilizado com a finalidade do certame, sendo admitido estabelecer condições de habilitação técnica que guardem pertinência com o objeto a ser contratado.
- C) é vedado estabelecer qualquer distinção ou discriminação em razão da natureza, porte ou tipo de empresa habilitada a participar da licitação, seja para escolha do vencedor, seja como critério de desempate.
- D) é vedado estabelecer qualquer especificação de produtos, seja ela em razão de marca ou origem de produção, ou ainda em razão de alguma condição relativa aos licitantes.
- E) sua aplicação pode ser sistemática, em conjunto com os demais princípios que informam a licitação, de forma que em sendo necessário que sejam estabelecidas restrições para maior eficiência, o administrador pode justificar a não aplicação de algumas das vedações legais.

Esse material não poderá ser comercializado ou redistribuído sem autorização <http://concursosprepara.com.br>

Noções de Administração / Licitações e Contratos administrativos (Lei nº 8.666/1993 atualizada) / Obrigatoriedade, dispensa, inexigibilidade e vedações

Fonte: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO à REGULAÇÃO DE TRANSPORTE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO / ARTESP / 2017 / FCC

Q88.

Determinada autarquia estadual pretende contratar serviço de auditoria financeira, de natureza singular, com empresa de notória especialização. Nos termos da Lei nº 8.666/1993, a licitação, na hipótese narrada, é

- A) dispensável.
- B) inexigível.
- C) obrigatória na modalidade concorrência.
- D) obrigatória na modalidade tomada de preços.
- E) obrigatória na modalidade pregão.

Noções de Administração / Licitações e Contratos administrativos (Lei nº 8.666/1993 atualizada) / Modalidades

Fonte: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO à REGULAÇÃO DE TRANSPORTE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO / ARTESP / 2017 / FCC

Q89.

Após o encerramento de licitação, na modalidade tomada de preços, o licitante vencedor foi convocado para assinar o termo de contrato, dentro do prazo e condições estabelecidos. No entanto, o licitante vencedor, por vontade própria e sem apresentar qualquer justificativa, não assinou o respectivo contrato. Nos termos da Lei nº 8.666/1993, a Administração pública

- A) deverá obrigatoriamente revogar a licitação.
- B) poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório ou revogar a licitação.
- C) deverá obrigatoriamente convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório.
- D) não poderá impor qualquer sanção ao licitante vencedor, pois este tem o direito de não assinar o respectivo contrato administrativo.
- E) poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, não sendo necessário que seja nos mesmos prazos e condições propostas pelo primeiro classificado, haja vista a necessidade de adaptação dos termos contratuais às peculiaridades do novo contratado, ou revogar a licitação.

Noções de Administração / Licitações e Contratos administrativos (Lei nº 8.666/1993 atualizada) / Procedimentos, anulação e revogação; Sanções

Fonte: ADMINISTRADOR / DPE/RR / 2015 / FCC

Q90.

A Lei nº 8.666/1993 consagra a possibilidade de autotutela dos atos administrativos. A análise sistemática das disposições normativas que disciplinam os institutos da revogação e da anulação do procedimento licitatório autoriza a conclusão segundo a qual

- A) é vedado o desfazimento do procedimento licitatório após a publicação do edital, por razões de interesse público, sendo possível, tão somente, à Administração, a anulação do certame por motivo de ilegalidade.
- B) o desfazimento do procedimento licitatório, pautado em razões de conveniência e oportunidade ou por ilegalidade, prescinde de procedimentalização e da garantia do contraditório e da ampla defesa.
- C) a anulação do procedimento licitatório por motivo de legalidade gera obrigação de indenizar, mesmo que o vício seja imputável ao licitante, o que não se aplica às hipóteses de revogação, onde não há o dever de indenizar.
- D) à Administração é possibilitado revogar a licitação, desde que estejam presentes razões de interesse público decorrentes de comprovado fato superveniente, pertinente e suficiente para justificar a medida, podendo o certame ser anulado por vício de legalidade.
- E) a revogação somente é viável antes da homologação do certame, porque não supõe vício, mas mero juízo de conveniência e oportunidade, sendo viável, após a homologação, tão somente o desfazimento do certame por razão de legalidade.

Noções de Administração / Licitações e Contratos administrativos (Lei nº 8.666/1993 atualizada) / Pregão presencial e eletrônico

Fonte: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO à REGULAÇÃO DE TRANSPORTE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO / ARTESP / 2017 / FCC

Q91.

Uma determinada autarquia do Estado de São Paulo realizará licitação, na modalidade pregão, sendo o valor da contratação estimado em R\$ 650.000,00. Nos termos do Decreto Estadual nº 47.297/2002 (Dispõe sobre o pregão, a que se refere a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e dá providências correlatas), a convocação dos interessados em participar do certame será efetuada por meio de publicação de aviso

- A) no Diário Oficial do Estado e por meio eletrônico, apenas.
- B) em jornal de grande circulação local, apenas.
- C) por meio eletrônico, apenas.

- D) no Diário Oficial do Estado, apenas.
- E) no Diário Oficial do Estado, por meio eletrônico e em jornal de grande circulação local.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Administração / Licitações e Contratos administrativos (Lei nº 8.666/1993 atualizada) / Sistema de registro de preços

Fonte: TÉCNICO ÁREA ADMINISTRATIVA / DPE/RS / 2017 / FCC

Q92.

Dentre as vantagens da utilização do Sistema de Registro de Preços está a

- A) prescindibilidade da realização de procedimento licitatório para formalização da ata de registro de preços, tendo em vista que ela não enseja a formalização de contrato.
- B) possibilidade do poder público efetivar a indicação de recursos orçamentários como requisito à lavratura do contrato, e não para abertura da licitação, além de permitir a uniformização das aquisições.
- C) possibilidade de revalidação da ata de registro de preços, mediante atualização, por período superior ao máximo estipulado para os contratos administrativos, que é de cinco anos.
- D) necessidade de que cada aquisição realizada após a ata de registro de preços se refira a um item da lista e este a apenas um bem, independentemente da quantidade a ser adquirida.
- E) obrigatoriedade das aquisições serem feitas pela ata de registro de preços após esta ser formalizada, impedindo variações de valores e de padronagem.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Administração / Licitações e Contratos administrativos (Lei nº 8.666/1993 atualizada) / Decreto nº 3.555/2000 (atualizado); Lei nº 10.520/2002

Fonte: TÉCNICO ÁREA ADMINISTRATIVA / DPE/RS / 2017 / FCC

Q93.

Quando a Administração pública decide realizar um pregão presencial, deve observar não só as regras procedimentais, mas também os direitos e deveres dos licitantes, estes podem exigir a

- A) celebração do contrato na mesma sessão em que adjudicado o objeto ao vencedor do certame.
- B) inversão de fases, para que a licitação seja iniciada com a habilitação, a fim de excluir os licitantes que sabidamente não preencheriam os requisitos para prosseguir no certame.
- C) adoção do critério de técnica e preço para julgamento das propostas quando os serviços a serem contratados, embora de natureza comum, envolvam também atividades de engenharia.
- D) participação de todos os licitantes da fase de disputa de lances, se assim for solicitado antes do início da sessão, mediante requerimento escrito.
- E) concessão de prazo de três dias para interposição de recurso após a declaração do vencedor.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Administração / Administração de materiais / Conceitos de materiais e patrimônio

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA / TRF 3ª / 2016 / FCC

Q94.

Um dos procedimentos mais relevantes do inventário que, quando mal organizado, pode gerar discrepâncias tanto de valor como de quantidade, entre o estoque físico e o contábil, é o

- A) Spin-off.
- B) Start-up.
- C) Break-up.
- D) Cut-off.
- E) Count-down.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Administração / Administração de materiais / Dimensionamento e controle de estoques

Q95.

No almoxarifado da Prefeitura Municipal de Teresina, a demanda média semanal de envelopes é de 1.500 unidades, onde o tempo médio para ressuprimento deste item é de duas semanas. Sabendo-se que o seu ponto de reposição ocorre quando o nível de estoque atinge 4.000 unidades, o Estoque de Segurança de envelopes é de

- A) 500 unidades.
- B) 1.500 unidades.
- C) 1.000 unidades.
- D) 2.000 unidades.
- E) 2.500 unidades.

Esse material nao podera ser comercializado ou redistribuido sem autorizacao <http://concursoprepara.com.br>

Noções de Administração / Administração de materiais / Classificação e localização de materiais

Fonte: ANALISTA JUDICIÁRIO - ADMINISTRATIVA / TRF 3ª / 2016 / FCC

Q96.

O almoxarifado de um determinado Tribunal Regional Federal movimenta anualmente R\$ 200.000,00 em Stock Keeping Unit – SKU's. Em função de algumas falhas no atendimento das requisições de materiais, foi solicitada pelo gestor do almoxarifado uma classificação "ABC" seguindo novos parâmetros, conforme abaixo.

– Curva A: 70% do valor anual do consumo, em R\$.

– Curva B: 20% do valor anual do consumo, em R\$.

– Curva C: 10% do valor anual do consumo, em R\$.

Cada grupo reclassificado em A, B e C compõe-se por um número de SKU's, no qual cada um representa uma fração do total movimentado no estoque, conforme tabela abaixo.

CÓD SKU	Consumo/Utilização anual (em unidades)	Preço unitário (em R\$)
111	10.000	0,10
121	5.000	16,00
131	6.000	2,00
141	20.000	1,00
151	400	20,00
161	100	70,00
171	200	300,00
181	30.000	0,20
191	10	200,00
201	4	1.000,00
TOTAL	71.714	

Após a reclassificação, os grupos A, B e C podem ser representados, respectivamente, por:

- A) 20% – 30% – 50%.
 - B) 50% – 30% – 20%.
 - C) 70% – 20% – 10%.
 - D) 20% – 50% – 30%.
 - E) 50% – 20% – 30%.
-

